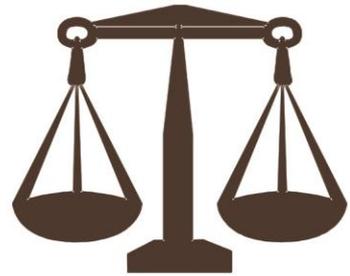


ORGANIZADORA:

Renata Egert

ANAIS

X SEMINÁRIO DE MONOGRAFIA JURÍDICA



**ANAIS DE RESUMOS DO
X SEMINÁRIO DE MONOGRAFIA
JURÍDICA**



Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e
das Missões

REITOR

Arnaldo Nogaro

PRÓ-REITOR DE ENSINO

Edite Maria Sudbrack

PRÓ-REITOR DE PESQUISA, EXTENSÃO E PÓS-GRADUAÇÃO

Neusa Maria John Scheid

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Nestor Henrique de Cesaro

CÂMPUS DE FREDERICO WESTPHALEN

Diretora Geral

Silvia Regina Canan

Diretora Acadêmica

Elisabete Cerutti

Diretor Administrativo

Clóvis Quadros Hempel

CÂMPUS DE ERECHIM

Diretor Geral

Paulo José Sponchiado

Diretor Acadêmico

Adilson Luis Stankiewicz

Diretor Administrativo

Paulo José Sponchiado

CÂMPUS DE SANTO ÂNGELO

Diretor Geral

Gilberto Pacheco

Diretor Acadêmico

Marcelo Paulo Stracke

Diretora Administrativa

Berenice Beatriz Rossner Wbatuba

CÂMPUS DE SANTIAGO

Diretor Geral

Michele Noal Beltrão

Diretor Acadêmico

Claíton Ruviaro

Diretora Administrativa

Rita de Cássia Finamor Nicola

CÂMPUS DE SÃO LUIZ GONZAGA

Diretora Geral

Dinara Bortoli Tomasi

Diretora Acadêmica

Renata Barth Machado

CÂMPUS DE CERRO LARGO

Diretor Geral

Luiz Valentim Zorzo



X ANAIS DE RESUMOS DO SEMINÁRIO DE MONOGRAFIA JURÍDICA

Organização Do Evento

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e
das Missões – Campus de Frederico Westphalen
Departamento de Ciências Sociais e Aplicadas
Curso de Direito

Renata Egert

Daniel Pulcherio Fensterseifer

Comissão De Avaliação

Alejandro Cesar Rayo Werlang

Aline Ferrari Caeran

André Rodrigues

Antonio Luiz Pinheiro

César Luís Pinheiro

Cesar Riboli

Daniel Fensterseifer

Gustavo Buzatto

Jan Carlos Novakowski

Jean Mauro Menuzzi

Maurício Zandoná

Oliverio De Vargas Rosado

Otacílio Vanzin

Pablo Henrique Caovilla Kuhnen

Patricia Luzia Stieven

Renata Egert

Sérgio Manoel Vieira

Silvana Colombo

Tarcisio Vendruscolo

Thiago Luiz Rigon De Araujo

Tiago Galli

Organização Dos Anais

Renata Egert

UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS
MISSÕES
CAMPUS DE FREDERICO WESTPHALEN
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
CURSO DE DIREITO

ANAIS DE RESUMOS DO
X SEMINÁRIO DE MONOGRAFIA
JURÍDICA

Organizadora
Renata Egert



Frederico Westphalen
2019



Este trabalho está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivados 3.0 Não Adaptada. Para ver uma cópia desta licença, visite <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/>.

Organização: Renata Egert

Revisão Metodológica:

Revisão Linguística: Responsabilidade exclusiva dos(as) autores(as).

Capa/Arte: Philipe Gustavo Portela Pires

Diagramação:

O conteúdo de cada resumo bem como sua redação formal são de responsabilidade exclusiva dos (as) autores (as).

Catlogação na Fonte elaborada pela
Biblioteca Central URI/FW

S471a Seminário de monografia jurídica (10. : 2019 : Frederico Westphalen, RS)

Anais de resumos do X seminário de monografia jurídica /
Organizadora Renata Egert. - Frederico Westphalen : URI, 2019.
92 p.

ISBN: 978-85-7796-257-0

1. Direiro. 2. Cidadania. 3. Sociedade contemporânea. I. Egert,
Renata. II. Título.

CDU 34

Catlogação na fonte: Bibliotecária Jetlin da Silva Maglioni CRB-10/2462



URI - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prédio 10

Campus de Frederico Westphalen

Rua Assis Brasil, 709 - CEP 98400-000

Tel.: 55 3744 9223 - Fax: 55 3744-9265

E-mail: editora@uri.edu.br

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DOS ANAIS DE RESUMOS DO X SEMINÁRIO DE MONOGRAFIA JURÍDICA	12
A (IN) COMPATIBILIDADE DA TEORIA DO DIREITO PENAL DO INIMIGO EM UM ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO E GARANTIDOR DE DIREITOS FUNDAMENTAIS	13
Adriane Meazza; Aline Ferrari Caeran	
O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: UMA ANÁLISE ACERCA DA EFETIVIDADE DAS MEDIDAS DE PROTEÇÃO	14
Alana Ciganski; Olivério de Vargas Rosado	
DIREITO SISTÊMICO – O MÉTODO DAS CONSTELAÇÕES FAMILIARES NA MEDIAÇÃO	15
Aline Tatiane de Carli; Alejandro César Rayo Werlang	
INOVAÇÕES NOS MÉTODOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NA JURISDIÇÃO BRASILEIRA.....	16
Almir Miralha Canto Cezar; Mateus da Jornada Fortes	
SANÇÃO PENAL E A RESSOCIALIZAÇÃO DO APENADO.....	17
Amanda Galera; Antônio Luiz Pinheiro	
ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS À LUZ DA LEI Nº 12.850/2013.....	18
Ana Paula Malaggi; Daniel Pulcherio Fensterseifer	
TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA.....	19
Anderson Oreste Ceratti; Renata Egert	
FEMINICÍDIO: UMA ANÁLISE SOBRE A EFICÁCIA DA INSERÇÃO DA QUALIFICADORA COMO FORMA DE DIMINUIÇÃO DA OCORRÊNCIA DO CRIME	21
Andréia Piovesan; Tiago Galli	
A EDUCAÇÃO COMO OBJETIVO DA APLICAÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS E A TEORIA DA PROTEÇÃO INTEGRAL	22
Andressa Felin; Gustavo Buzatto	
SISTEMA DE COTAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO E SUA EFICÁCIA EM PROMOVER O RESPEITO AO PRINCÍPIO DA IGUALDADE	23
Andressa Regina Marasca; Gustavo Buzatto	

LEI MARIA DA PENHA: A (IN)EFICÁCIA DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA	24
Andressa Camargo Galvão; Tiago Galli	
DISSOLUÇÃO E EFEITOS PATRIMONIAIS DA UNIÃO ESTÁVEL.....	25
Auriani Bueno; Maurício Zandoná	
MÉTODO APAC – ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS E SUAS VANTAGENS EM RELAÇÃO AO SISTEMA PENITENCIÁRIO CONVENCIONAL.....	26
Bárbara Darck Cassol Zanella; Alejandro César Rayo Werlang	
A MEDIAÇÃO FAMILIAR COMO UM MECANISMO DE PREVENÇÃO DE ATOS DE ALIENAÇÃO PARENTAL.....	27
Bianca Schilero Zanon; Aline F. Caeran	
A FUNÇÃO DO PADRASTO DIANTE DA NOVA FORMATAÇÃO DA FAMÍLIA NA SOCIEDADE BRASILEIRA	28
Bruna Luiza Leitte; Alejandro César Rayo Werlang	
REQUISITOS DE CONCESSÃO DA TUTELA PROVISÓRIA CAUTELAR NO ATUAL CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	29
Bruna Sponchiado; Maurício Zandoná	
INÍCIO DO CUMPRIMENTO DA PENA APÓS DECISÃO CONDENATÓRIA EM SEGUNDO GRAU E O CONFLITO COM O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA	30
Bruno Schaffazick Junior; Gustavo Buzatto	
LEI MARIA DA PENHA: UMA FORMA DE PROTEÇÃO CONTRA A VIOLÊNCIA POR DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO NO BRASIL	31
Camila Dalberti; Aline Ferrari Caeran	
A REFORMA TRABALHISTA E A FLEXIBILIZAÇÃO	32
Carlos Miguel Rodrigues; André Rodrigues	
O FEMINICÍDIO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO: UMA QUESTÃO DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO	33
Caroline de Moura; Renata Egert	
RESPONSABILIDADE CIVIL DO ADVOGADO PELA TEORIA DA PERDA DE UMA CHANCE	34
Charles Mario Muraro; Pablo Henrique Caovilla Kuhnen	
A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NOS DIVERSOS MOMENTOS POLÍTICO –	35
Claudir Viana da Costa; Jean Mauro Menuzzi	
A ATUAÇÃO DO ESTADO NA RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL POR DANOS AMBIENTAIS E OS MEIOS DE EFETIVAÇÃO.....	36
Daiane Prevedello; Thiago Luiz Rigon de Araújo	

RESPONSABILIDADE CIVIL POR ABANDONO AFETIVO	37
Daniela Martins; Cátia Venina Sanderson da Jornada Fortes	
A PROTEÇÃO DO TRABALHO DO MENOR.....	38
Daniela Mayer; André Rodrigues	
REVISÃO RECURSAL DA DECISÃO DOS JURADOS MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS QUE ABSOLVE O RÉU NO QUESITO GENÉRICO.....	39
Denise Weigel; Alejandro Cesar Rayo Werlang	
FALÊNCIA DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE E ALTERNATIVAS COMO POSSIBILIDADE.....	40
Diana Lazzari; Jean Mauro Menuzzi	
PREGÃO: A MODALIDADE LICITATÓRIA DE MAIOR EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA.....	41
Diovana Pires Girardello; Jan Carlos Novakowski	
APOSENTADORIA ESPECIAL: COMPROVAÇÃO DO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO	43
Ederson Bineló; André Rodrigues	
PUBLICIDADE NA ADVOCACIA E AS REDES SOCIAIS	44
Elivelton Luza; Pablo Henrique Caovilla Kuhnen	
IMPLICAÇÕES LEGAIS DA LEI DE FALÊNCIAS: INOVAÇÕES E APLICAÇÕES PENAIS	45
Eloisa Fernanda Franciscatto; Sérgio Manoel Vieira	
A RESPONSABILIZAÇÃO PENAL DA PESSOA JURÍDICA NA PRÁTICA DE CRIMES CONTRA O MEIO AMBIENTE: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DOS PRINCIPIOS PENAIS.....	46
Evair Junior Benedetti; Renata Egert	
A GUARDA COMPARTILHADA COMO INSTRUMENTO PARA MITIGAR A ALIENAÇÃO PARENTAL.....	47
Evelyn Karoline Guth; Patrícia Luzia Stieven	
MARCAS E PRÁTICAS CONCORRENCIAIS	48
Fabian Loza; Liliana Locatelli	
A RESPONSABILIDADE CIVIL DOS CIRURGIÕES-DENTISTAS EM PROCEDIMENTOS ODONTOLÓGICOS	49
Fábio Franciscatto; Maurício Zandoná	
DIREITO PENAL: CRIMES EM CONCURSO NECESSÁRIO	50
Fernanda da Conceição Cavalheiro; Daniel Pulcherio Fenterseifer	

A EXECUÇÃO PENAL COMO VIA DE RESSOCIALIZAÇÃO E REINTEGRAÇÃO DOS DETENTOS	51
Fernanda Carolina da Silva; Mateus da Jornada Fortes	
DIREITO AO ESQUECIMENTO COMO CONSEQUÊNCIA DO DIREITO À VIDA PRIVADA, INTIMIDADE E HONRA NA ESFERA CIVIL.....	52
Fernanda Piovesan Lazaretti; Patricia Luzia Stieven	
ARRANJOS FAMILIARES DA CONTEMPORANEIDADE	53
Fernanda Schiminkoski Vargas; Aline Ferrari Caeran	
SISTEMA CARCERÁRIO E O MÉTODO APAC COMO ALTERNATIVA NA EXECUÇÃO PENAL.....	54
Franciele Pires; Daniel Pulcherio Fensterseifer	
A RESPONSABILIDADE PENAL DO AGENTE INFILTRADO EM ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA	55
Gabriel Regis Olesiak Cordenonsi; Alejandro César Rayo Werlang	
POLICIA RODOVIÁRIA FEDERAL	57
Gian Sarturi; Cesar Riboli	
A RESSOCIALIZAÇÃO DO EGRESSO DO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO ATRAVÉS DE COOPERATIVAS DE TRABALHO.....	58
Graziela Rodrigues da Silva; Oliverio de Vargas Rosado	
EXECUÇÃO PENAL: UMA ANÁLISE SOBRE OS OBJETIVOS E A REALIDADE DO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO SOB A ÓTICA DA DIGNIDADE HUMANA	59
Henrique Pessotto; Tiago Galli	
DIREITO AUTORAL NO RAMO MUSICAL	61
Henrique Rubin; Thiago Luiz Rigon de Araujo	
A COMPROVAÇÃO DOS ELEMENTOS SUBJETIVOS COMO REQUISITO PARA RESPONSABILIZAÇÃO POR ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	62
Irton Levino Rossetto Fucks; Jan Carlos Novakowski	
COPARENTALIDADE E SUAS IMPLICAÇÕES JURÍDICAS	63
Isabel Moura Barretta; Cátia Venina Sanderson da Jornada Fortes	
ANALISE DA SITUAÇÃO CÁRCERÁRIA DA MULHER EM RELAÇÃO AO HABEAS CORPUS N°143641 E A EFETIVIDADE DOS DIREITOS HUMANOS.....	64
Ivone Maríndia Queiroz de Souza; Luiz Felipe Nunes	
O ATIVISMO JUDICIAL NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E A PROTEÇÃO AO PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA	65
Izabela Bastos Silva; Gustavo Buzatto	

DIREITOS HUMANOS NA CONCEPÇÃO WARATIANA.....	67
Jacó Ziech; Jean Mauro Menuzzi	
REFLEXÕES SOBRE A DISCRIMINAÇÃO SOCIAL DAS IDENTIDADES HOMOSSEXUAIS E A VIOLAÇÃO A DIREITOS HUMANOS FUNDAMENTAIS.....	68
Jaqueline kereski; Aline Ferrari Caeran	
TRIBUTAÇÃO EM CANAL DE STREAMING	69
Joao Guilherme Sganzerla Melotto Mendes; Jan Carlos Novakowski	
DIREITOS HUMANOS PARA QUE? E PARA QUEM?	70
Jonatas Wellington de Castro Vieira; Pablo Henrique Caovilla Kuhnen	
A PROTEÇÃO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL NAS UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS: A QUESTÃO DOS CONTRATOS DE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA.....	71
José Victor Roani; Thiago Luiz Rigon de Araújo	
OS REFLEXOS CIVIS DO RECONHECIMENTO DA PATERNIDADE AFETIVA <i>POST MORTEM</i>.....	72
Julia Paulus Covaleski; Patricia Luzia Stieven	
TRANSEXUALIDADE, BIODIREITO E DIREITO DE FAMÍLIA: A NECESSIDADE DE VALORIZAÇÃO DA AUTONOMIA PRIVADA	73
Keli Sponchiado; Patricia Luzia Stieven	
INQUÉRITO POLICIAL E A INFILTRAÇÃO POLICIAL: O CRIME ORGANIZADO E A RESPONSABILIDADE PENAL DO AGENTE INFILTRADO	74
Larissa Bonatti; Jean Mauro Menuzzi	
FORMAS ALTERNATIVAS DE RESOLUÇÃO DOS CONFLITOS PENAIS: JUSTIÇA TERAPÊUTICA, RESTAURATIVA E JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL.....	75
Larissa Campagnolo; Daniel Pulcherio Fensterseifer	
FEMINICÍDIO: UMA ANÁLISE SOBRE A PASSIONALIDADE DESTA QUALIFICADORA	76
Larissa guth; Tiago Galli	
A JUDICIALIZAÇÃO COMO FORMA DE VIABILIZAÇÃO DO ACESSO A EDUCAÇÃO: O DIREITO EDUCATIVO EM QUESTÃO.....	77
Larissa Dal Piva Piaia; Luci Mary Duso Pacheco	
DO CONTEXTO HISTÓRICO, SOCIOLÓGICO E FILOSÓFICO DA IMPLEMENTAÇÃO DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS E SUA FUNÇÃO NO REGIME DEMOCRÁTICO COMO PRINCIPAL MEIO PACIFICADOR DE CONFLITOS SOCIAIS E A INFLUÊNCIA DE REGIMES	

ANTECESSORES NA FORMAÇÃO DA DEMOCRACIA BRASILEIRA: CONEXÃO ENTRE IDEOLOGIA E REALIDADE, PASSADO E PRESENTE.	78
Leonardo Waskiewicz; Jan Carlos Novakowski	
O INFATICIDIO INDIGENA SOB A ÓTICA DOS DIREITOS HUMANOS E ASPECTOS CULTURAIS	80
Luana Freo Minetto; Aline Ferrari Caeran	
A IMPOSSIBILIDADE DE DESCONSTITUIR A PATERNIDADE SOCIOAFETIVA	81
Luana Caroline Telles; Renata Egert	
O SIGILO NO INQUÉRITO POLICIAL	82
Lucas Kerber; Jean Menuzzi	
TRANSTORNOS DE PERSONALIDADE ANTISSOCIAL NA PRÁTICA DE CONDUTAS TIPIFICADAS: REFLEXÕES SOBRE AS SANÇÕES APLICADAS	83
Maicon Ismael dos Santos; Aline Ferrari Caeran	
RACISMO E INJÚRIA RACIAL NO BRASIL	84
Manoeli Peruzzo; Olivério de Vargas Rosado	
DIREITOS HUMANOS: UM DIÁLOGO INTERCULTURAL	85
Maria Helena Boligon	
CUMPRIMENTO DE PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR DEFICIENTE FÍSICO	86
Mariane Gonçalves da Silva; Mateus da Jornada Fortes	
A CONFIGURAÇÃO DA UNIÃO ESTÁVEL E DO NAMORO QUALIFICADO SOB A LÓGICA SUBJETIVA	87
Marleane Florêncio de Oliveira; Cátia Venina Sanderson da Jornada Fortes	
A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO	88
Mateus Elegeda; André Rodrigues	
AS DEMARCAÇÕES DE TERRAS INDÍGENAS E A QUESTÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS: AFRONTA AO DIREITO DE PROPRIEDADE OU OBSERVÂNCIA DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL?	89
Mateus Domingos Felippi Mendes; Thiago Luiz Rigon de Araujo	
RESPONSABILIDADE CIVIL DECORRENTE DO PAGAMENTO DOS ALIMENTOS GRAVÍDICOS	90
Milena Mezzaroba; Patricia Luzia Stieven	
A ADOÇÃO MONOPARENTAL COMO REALIZAÇÃO DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA	91
Munique Evelyn Marca; Cátia Venina Sanderson da Jornada Fortes	

APRESENTAÇÃO DOS ANAIS DE RESUMOS DO X SEMINÁRIO DE MONOGRAFIA JURÍDICA

Estes anais apresentam os resumos aprovados e apresentados no X Seminário de Monografia Jurídica: Direito e Cidadania na Sociedade Contemporânea, a edição dos Anais leva ao leitor(a), a disseminação do saber que orbitaram em torno da contemporaneidade e da interdisciplinaridade, focando os sub-eixos: Estado Constitucional e Cidadania na Sociedade Contemporânea; e Perspectivas Inovadoras de um Direito Criminal Contemporâneo, nos trabalhos de conclusão do Curso de Direito no segundo semestre de 2018.

A pesquisa visa a produção de conhecimento novo, teórico e com relevância social. Com a evolução do pensamento epistemológico a pesquisa como “busca da verdade” foi substituída pela pesquisa como tentativa de aumentar o poder explicativo das teorias.

Assim o pesquisador passa a ser um intérprete da realidade pesquisada, capaz de demonstrar a fidedignidade e a relevância teórico-social do conhecimento produzido. A pesquisa, função básica da universidade, objetiva promover o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, bem como a criação e difusão da cultura, em perfeito entrosamento com o ensino e a extensão.

A pesquisa realizada através do trabalho monográfico compreende a produção de texto relacionado com o conteúdo jurídico, utilizando-se da metodologia científica e da pesquisa para produção de uma monografia. Esta proporciona um momento de revisão, aprofundamento, sistematização e integração de conteúdos, com a finalidade de levar o formando do Curso de Direito a definir e aprimorar os conhecimentos adquiridos no decorrer do curso, e ainda oportuniza um espaço para que o bacharelado possa produzir um relato técnico-científico decorrente de estudos e/ou pesquisas realizadas durante o curso, utilizando a bibliografia especializada e propiciando observações e análises de temas contemplados pela prática e pela teoria jurídica que contribuam para direcionar o acadêmico a pesquisa científica, bem como a traçar um perfil do futuro profissional, e isto se materializa através desta publicação, que apresenta os resumos destes trabalhos realizados para conclusão do Curso de Direito.

Renata Egert

A (IN) COMPATIBILIDADE DA TEORIA DO DIREITO PENAL DO INIMIGO EM UM ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO E GARANTIDOR DE DIREITOS FUNDAMENTAIS

Adriane Meazza

Aline Ferrari Caeran

A presente monografia foi desenvolvida com o objetivo de proporcionar maiores esclarecimentos acerca da Teoria do Direito Penal do Inimigo, desenvolvida por Günther Jakobs, além de fazer uma análise quanto a sua (in) compatibilidade no Estado Democrático de Direito brasileiro garantidor de direito fundamentais. Os objetivos iniciais consistem no estudo dos aspectos históricos, conceituais e fundamentais da Teoria do Direito Penal do Inimigo, tendo em vista ser imprescindível tal conhecimento para o seguimento do estudo. Posteriormente, verificar-se-á a incidência da Teoria do Direito Penal do Inimigo no ordenamento jurídico brasileiro e, por fim, será analisada a teoria dos direitos fundamentais e a (in) compatibilidade do Direito Penal do Inimigo frente aos direitos fundamentais abarcados na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Verifica-se que, a doutrina majoritariamente entende pela não aplicação da Teoria do Direito Penal do Inimigo, tendo em vista a violabilidade da Constituição Federal e dos princípios basilares que garantem os direitos fundamentais. Ademais, a metodologia utilizada para se obter tais resultados consistiu no método dedutivo (método de abordagem), do método monográfico (método de procedimento) e de pesquisa indireta (método de pesquisa), utilizando o método de pesquisa bibliográfica buscando argumentos e críticas contrárias e a favor da aplicação da Teoria do Direito Penal do Inimigo no ordenamento jurídico brasileiro e também pesquisa jurisprudencial no Supremo Tribunal Federal e no Superior Tribunal de Justiça, situando a pesquisa entre os anos de 2003 e 2012.

O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: UMA ANÁLISE ACERCA DA EFETIVIDADE DAS MEDIDAS DE PROTEÇÃO

Alana Ciganski

Olivério de Vargas Rosado

O presente trabalho está inserido na linha de pesquisa Perspectivas inovadoras de um direito criminal contemporâneo. A delimitação do tema diz respeito a efetividade ou não das Medidas Protetivas arroladas no Estatuto da Criança e do Adolescente, visto que pairam muitas dúvidas sobre se elas realmente alcançam os objetivos propostos pela Lei, visto que existem muitas crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Para tanto o presente trabalho teve como objetivo a análise da efetividade na aplicação das Medidas de Proteção, analisando a evolução histórica desse instituto jurídico; analisou seus princípios e direitos, abordando a Teoria da Proteção Integral; e, por fim, verificou cada medida de proteção e a sua aplicabilidade, dedicando-se a verificar sua eficácia ou não na prática. Teve como problema a seguinte questão norteadora: As medidas de proteção apresentam-se como um instrumento eficaz no que tange a Teoria da Proteção Integral? Nesse sentido, teve como método de procedimento, o monográfico; e como método de pesquisa, a pesquisa indireta (bibliográfica). Através da análise doutrinária, o presente trabalho trouxe como resultado que ainda há muito a se considerar para que esses direitos sejam realmente incorporados em nossa sociedade, políticas públicas realmente eficazes, investimento em educação, cultura, impulsionamento de oportunidade de trabalho podem ser o começo para uma grande mudança a realidade de inúmeras crianças e adolescentes atendidas e tuteladas pelos Conselhos Tutelares, Ministério Público e Poder Judiciário, podendo assim alcançarmos uma realidade onde todos vivam com alegria e dignidade.

DIREITO SISTÊMICO – O MÉTODO DAS CONSTELAÇÕES FAMILIARES NA MEDIAÇÃO

Aline Tatiane de Carli
Alejandro César Rayo Werlang

Os conflitos são fatos inerentes às relações humanas, sendo por meio deles que ocorrem muitas mudanças necessárias em nossa sociedade. Entretanto, a banal judicialização dos diversos tipos de conflitos, somada à dificuldade do Estado em conseguir corresponder às demandas de forma eficaz, obriga o Judiciário brasileiro a buscar novas formas alternativas de resolução de conflitos. É nesse contexto que surgem os meios apropriados (ou adequados) de resolução de disputas, atualmente regulamentados pela Resolução nº 125 do CNJ, e que dentre os métodos disponíveis, destacamos neste trabalho a Mediação, agora também positivada pela Lei de Mediação (Lei 13.140/2015) e aposta do novo Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015) como uma possibilidade solução para este impasse do sistema judiciário. Ainda, neste sentido, o Juiz e Doutor Sami Storch, precursor do Direito Sistêmico, vem aplicando por meio das possibilidades trazidas pela legislação no que tange à resolução consensual de conflitos, a técnica sistêmico-fenomenológica das Constelações Familiares, desenvolvida pelo psicoterapeuta e filósofo alemão Bert Hellinger. Esta técnica busca solucionar os conflitos por meio da percepção quanto à violação das Leis Sistêmicas universais (Hierarquia, Pertencimento e Equilíbrio) nos relacionamentos familiares, que influenciam diretamente no surgimento das controvérsias judiciais. Os resultados obtidos por meio das Constelações Familiares evidenciam um salto quantitativo e qualitativo no Judiciário Brasileiro, sendo inclusive premiado pelo Conselho Nacional de Justiça, ganhando cada vez mais atenção dos juristas de nosso país.

INOVAÇÕES NOS MÉTODOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NA JURISDIÇÃO BRASILEIRA

Almir Miralha Canto Cezar

Mateus da Jornada Fortes

O presente trabalho está inserido na linha de pesquisa sobre as inovações nos métodos alternativos de resolução de conflitos (autocompositivos e heterocompositivos) aliados a tecnologia da informação como forma da pacificação consensual de conflitos na sociedade contemporânea. A delimitação do tema diz respeito a possibilidade de aferir eficácia dos meios alternativos de resolução de conflitos em nosso ordenamento jurídico, utilizando de inovações através de ferramentas com base tecnológicas que permitam a solução de forma rápida, eficaz, necessitando apenas de dispositivos conectados a internet. Para tanto o presente trabalho teve como objetivo analisar a parte histórica de como surgiu as primeiras formas de resolução de conflitos, a evolução da sociedade em tempos modernos; abordou-se os meios autocompositivos como forma de efetivação dos princípios jurisdicionais; e por fim apresentando os mecanismos inovadores na validação dos procedimentos alternativos de resolução de conflitos, verificando a eficácia de tais métodos aliados tendo a partir daí perspectivas de como serão no futuro abordados conflitos do cotidiano aliados a era tecnológica. Teve como problema a seguinte questão norteadora: É possível aferir eficácia dos meios alternativos de resolução de conflitos em nosso ordenamento jurídico, quando da utilização de um sistema online? Nesse sentido, teve como método de abordagem a pesquisa bibliográfica; Como método de procedimento, o monográfico; e como método de pesquisa indireta – bibliográfica. Através da pesquisa observou-se a evolução da sociedade em relação a resolução de conflitos nos tribunais e também extrajudiciais, criando perspectivas positivas em se tratando da utilização de meios tecnológicos aliados ao sistema judiciário com objetivos de soluções rápidas e eficazes que favoreçam a sociedade na cultura pró acordo.

SANÇÃO PENAL E A RESSOCIALIZAÇÃO DO APENADO

Amanda Galera

Antônio Luiz Pinheiro

O presente trabalho abrange a linha de pesquisa Perspectivas inovadoras de um direito criminal contemporâneo. Em relação à delimitação do tema, diz respeito à crise no sistema penitenciário brasileiro e a ineficácia da sanção penal imposta quanto à ressocialização do apenado, tendo em vista que as situações atuais das penitenciárias refletem no efetivo êxito da finalidade da pena em reeducar e reinserir o apenado no anseio social. Para tanto teve como objetivo estudar o Direito Penal, a evolução histórica das penas e dos sistemas penitenciários, ainda, a teoria geral do crime e sua classificação, tendo em vista que, um indivíduo só é condenado através do cometimento de um crime; e, por fim, verificou e analisou a Pena Privativa de Liberdade e razão dos atuais presídios, que se encontram sem estrutura, superlotados e, com o grande número de reincidentes. Teve como problemática a seguinte questão norteadora: A sanção penal atribuída ao detento está cumprindo seu caráter ressocializatório? Neste diapasão, teve como método de abordagem a pesquisa bibliográfica; como método de procedimento, o monográfico; e como métodos de pesquisa, a pesquisa indireta (bibliográfica). Através da análise dos relatórios do Conselho Nacional de Justiça – CNJ chegou-se à conclusão que a pena busca a sua função ressocializadora, todavia não está alcançando sua finalidade, pois as penitenciárias estão se tornando um verdadeiro depósito de seres humanos, com o objetivo tão somente de punir e retribuir o mal praticado. Os projetos de ressocialização e o método APAC voltados para os detentos estão começando a surgir efeitos, entretanto para lograr efetivo êxito é necessário que o Estado construa novas penitenciárias, reforme as estruturas dos atuais presídios, invistam em educação, ofícios de trabalhos e haja uma reforma na Lei de Execução Penal e no Código Penal.

ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS À LUZ DA LEI Nº 12.850/2013

Ana Paula Malaggi

Daniel Pulcherio Fensterseifer

A presente pesquisa tem por objetivo conceituar o crime de Organização Criminosa previsto pela Lei nº 12.850/2013, apontando suas características e objetivos, bem como mencionar as novidades implantadas na legislação, especialmente quanto a obtenção dos meios de prova, que trouxe à baila figuras como a infiltração de policiais, a colaboração premiada e a ação controlada. O posicionamento doutrinário a respeito Organização Criminosa da Lei nº 12.850/2013 assevera dificuldades quanto sua diferenciação às demais figuras associativas previstas pelo ordenamento jurídico penal brasileiro e encontra críticas quanto à pena estabelecida. O crime organizado tem tomado proporções cada vez maiores e melhores articuladas. Por essa razão, a atual lei trouxe ao universo jurídico mudanças e inovações que passaram a incorporar o sistema jurídico criminal. Uma diferenciação precisa é fundamental para a aplicação do direito, de modo a impedir a violação dos princípios da legalidade e do *non bis in idem*, necessários para a proteção do Estado Democrático de Direito.

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Anderson Oreste Ceratti

Renata Egert

O presente trabalho está inserido na linha de pesquisa Estado Constitucional e Cidadania na Sociedade Contemporânea. A delimitação do tema diz respeito Os Termos de Ajustamento de Condutas realizado no Ministério Público através dos promotores de justiça, Para tanto o presente trabalho teve como objetivo a Análise dos Termos de Ajustamento de Condutas realizado no Ministério Público através dos promotores de justiça, A partir da implementação de um Estado Democrático de Direito pela Constituição Federal promulgada em 1988, a atuação do Ministério Público assume grande relevância, em decorrência de suas atribuições constitucionais, com destaque para a Ação Civil Pública. O reconhecimento de direitos transindividuais implica na necessidade de uma nova visão moderna do processo civil que se torna clássico, com a readaptação do processo, a fim de que se tenha uma tutela coletiva adequada. Ação Civil Pública se expõe como mecanismo de importância extrema para preservação dos direitos difusos e garantia dos mesmos, coletivos e individuais homogêneos dos cidadãos. Vislumbra-se, nesse cenário, a importância da Ação Civil Pública na atuação do agente ministerial, de forma a dar aos direitos e garantias constitucionais dos indivíduos efetividade, em contribuição à consolidação do Estado Democrático de Direito. A abordagem do tema justifica-se, além da necessidade de implementação efetiva dos direitos fundamentais sociais, à evolução da sociedade, na qual se verificam as chamadas “sociedades de massa”, em que surgem os direitos de natureza transindividual, que se enquadram nos direitos fundamentais de terceira geração. Teve como problema Como são realizados os Termos de Ajustamento de Condutas realizado no Ministério Público através dos promotores de justiça? Nesse sentido, teve como método de abordagem a pesquisa bibliográfica e jurisprudencial; como método de procedimento, o monográfico; e como métodos de pesquisa, a pesquisa indireta (bibliográfica) e a pesquisa empírica (jurisprudencial). Através da análise jurisprudencial, o presente trabalho trouxe como resultado O Compromisso de Ajustamento de Conduta está se tornando um mecanismo bastante empregado pelo Ministério Público, em luta contra os agressores do meio ambiente, como um sistema, de precaver ou regenerar o Meio Ambiente, assegurando o equilíbrio ecológico e por consequência, a vigorosa qualidade de vida dos indivíduos. o Compromisso de Ajustamento de Conduta é uma das possibilidades previstas pela Lei 7.347/85, com finalidade de proteção dos interesses ou direitos difusos, atualmente, entendido como o Meio Ambiente, através desse mecanismo, o interessado

formaliza, automaticamente, sua vontade de se ajustar às exigências legais ou de consertar r inteiramente o estrago por ele provocado. Assim sendo, o interessado será responsabilizado pela sua culpa quanto a lesão cometida no Meio Ambiente, motivo em que, estará dispensado o processo de ciência para tanto, sendo capaz o Ministério Público executar direto o Termo de Ajuste de Conduta, na ocorrência de não cumprimento das cláusulas nele inserido, em virtude do §6º do art. 5º da LACP, atendendo, desta forma, o princípio da celeridade processual, assim como o da economia processual.

FEMINICÍDIO: UMA ANÁLISE SOBRE A EFICÁCIA DA INSERÇÃO DA QUALIFICADORA COMO FORMA DE DIMINUIÇÃO DA OCORRÊNCIA DO CRIME

Andréia Piovesan

Tiago Galli

A violência doméstica e familiar contra a mulher consiste em um problema que vem se perpetuando ao longo dos séculos, sendo elas submetidas a atos que atentam contra sua integridade moral, física e até mesmo contra sua vida. Este trabalho foi desenvolvido com a intenção de estudar a qualificadora do feminicídio, a lei Maria da Penha e a eficácia dos meios punitivos em impedir a realização destes atos de violência. Os objetivos consistem em: pesquisar sobre o histórico da violência contra a mulher, a lei Maria da Penha e os dados estatísticos sobre a violência por elas sofrida; analisar a qualificadora feminicídio e sua relação com a Lei Maria da Penha; verificar a efetividade da inserção da qualificadora do feminicídio e dos meios punitivos em impedir a realização de atos de violência contra a mulher. Como resultados pode-se considerar que a utilização de medidas punitivas não consiste em um método eficaz para se impedir o homicídio ou de outros atos de violência doméstica e familiar atentados contra a mulher. Visto que, somente se aplica a punição após a ocorrência do crime. Analisando os dados pode-se verificar um aumento com relação aos crimes que as leis do feminicídio e Maria da Penha objetivam impedir. Medidas como o tratamento do agressor ou programas que promovessem a independência e o empoderamento feminino podem ser até mais eficazes do que a prevenção realizada pelo direito penal. A realização de pesquisa bibliográfica e jurisprudencial consistiu na metodologia utilizada para o desenvolvimento deste trabalho.

A EDUCAÇÃO COMO OBJETIVO DA APLICAÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS E A TEORIA DA PROTEÇÃO INTEGRAL

Andressa Felin
Gustavo Buzatto

O presente trabalho tem como objeto de pesquisa a esfera do Estatuto da Criança e do Adolescente, em especial as medidas socioeducativas nele previstas, relacionadas ao direito à educação na sua aplicação e o Princípio da Proteção Integral. Em primeiro momento será abordada a questão dos ramos dos Direitos Fundamentais, com ênfase no direito social à educação. Da mesma forma, será adentrado no Estatuto da Criança e do Adolescente, para estudar os Atos Infracionais, que são praticados pelos menores infratores, suas particularidades, e ter um olhar especial nas medidas socioeducativas, uma vez que o objeto principal do trabalho será a sua forma de aplicação. Por fim, será realizada uma pesquisa jurisprudencial acerca do Princípio da Proteção Integral, quando aplicado nas medidas socioeducativas com vistas a satisfazer o direito à educação, a finalidade dessas medidas no meio prático, quando utilizadas de acordo com seu caráter pedagógico e ressocializador, e entender se estas são realizadas de maneira correta e se cumprem seu objetivo social, educativo e reparador.

SISTEMA DE COTAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO E SUA EFICÁCIA EM PROMOVER O RESPEITO AO PRINCÍPIO DA IGUALDADE

Andressa Regina Marasca

Gustavo Buzatto

A lei 8.213 de 1991 institui as cotas para pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Fica a dúvida se a criação da lei é suficiente para promover a igualdade de oportunidades ao trabalho para as pessoas com deficiência e se está apta também a promover sua inclusão social. Os objetivos da monografia são: estudar a evolução histórica dos direitos sociais, sobretudo o direito fundamental ao trabalho, analisar o princípio da isonomia e a inclusão social, mais especificamente com relação as pessoas com deficiência, verificar se as cotas para pessoas com deficiência no ambiente de trabalho consistem em um meio capaz de promover a igualdade. A conclusão é que a lei de cotas cria a oportunidade para que as pessoas com deficiência sejam inseridas no mercado de trabalho. Sem a lei, certamente muitas contratações não seriam realizadas. A lei consiste também em uma ação afirmativa, esta que é desenvolvida com a intenção de promover a igualdade material, ao se reconhecer que nem todas as pessoas são iguais e que em razão disso necessitam que lhe sejam oferecidas condições diferentes para que possam ter as mesmas oportunidades que as pessoas que não possuem as mesmas limitações. A lei cria a oportunidade de contratação, mas é necessário que a empresa esteja disposta a receber a pessoa com deficiência sem olhar para ele como alguém que está ali em razão de imposição legal, mas como alguém que necessitou de um empurrãozinho da legislação para poder demonstrar a sua capacidade de trabalho.

LEI MARIA DA PENHA: A (IN)EFICÁCIA DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA

Andressa Camargo Galvão

Tiago Galli

O presente trabalho está inserido na linha de pesquisa perspectivas inovadoras de um direito criminal contemporâneo e destina-se à análise da (in)eficácia das medidas protetivas da Lei Maria da Penha, através do método dedutivo como método de abordagem, do método monográfico como método de procedimento e da pesquisa bibliográfica como técnica de pesquisa. Iniciou-se o estudo abordando sobre a condição da mulher desde os primórdios da civilização, o surgimento e a evolução dos direitos da mulher, a grande luta do movimento feminista em busca de igualdade apesar das barreiras impostas pelo patriarcalismo e pelos costumes da Igreja Católica. Ao depois, pesquisou-se todos os aspectos da Lei Maria da Penha desde sua criação, o caso de Maria da Penha Maia Fernandes e a condenação do Brasil para combater a violência doméstica. Estudou-se o impacto social que a Lei 11.340/06 causou, as formas de se praticar violência em âmbito doméstico, a aplicação e o processamento da lei. Por fim, enumerou-se as medidas protetivas de urgência elencadas na Lei nº 11.340/06, verificou-se quais os trâmites para seu deferimento e constatou-se as consequências de seu descumprimento. Quanto ao ponto principal do presente trabalho, a (in)eficácia das medidas protetivas de urgência, verificou-se que, apesar de ser uma das leis mais bem elaboradas do ordenamento jurídico brasileiro, o que sobra em tese, falta em aplicação, devido a quatro motivos: o silêncio das vítimas, a retratação à representação criminal, a existência de falhas na sua aplicação e fiscalização pelo Estado e a falta de reabilitação do agressor. Além do silêncio mantido pelas mulheres sobre a violência sofrida, muitas das que denunciam retratam-se à representação e, as que mantêm-se firmes na busca da condenação de seus agressores, não tem suas expectativas de proteção atingidas diante da grande deficiência de recursos e principalmente de pessoal para aplicação e fiscalização do cumprimento das medidas protetivas, bem como porque o Estado não se preocupou em reabilitar os agressores, tratando a causa do problema. No geral, concluiu-se que a Lei nº 11.340/06, apesar de ter sido muito bem elaborada, é inatingível na prática, pois nos moldes como é aplicada atualmente, não consegue combater a cultura machista enraizada na sociedade.

DISSOLUÇÃO E EFEITOS PATRIMONIAIS DA UNIÃO ESTÁVEL

Auriani Bueno

Maurício Zandoná

O presente trabalho tem por objetivo, o estudo dos efeitos patrimoniais advindos da dissolução da união estável, levando em conta o término de uma união regida por contrato particular com registro em cartório, deste modo, iniciando com uma análise sobre a necessidade ou não do ingresso ao judiciário. Mas para tanto, há a necessidade de esclarecer desde os primórdios, ou seja, delimitando a parte histórica, desde a conceituação de família, como surgiu, e, sua natureza jurídica, além disso, visa, explicar a respeito da união estável, destacando a razão pela qual começou a ser adotada no Brasil e como é regida. Do mesmo modo, almeja esclarecer a respeito dos regimes de bens que regem a união, delimitando os efeitos de cada um e de que forma podem ser aplicados, também leva em conta, a ocorrência do esforço comum ou contribuição financeira entre eles. Ainda, faz uma comparação entre união eventual e concubinato, passando, a explicar como pode ocorrer a equiparação ou conversão em casamento e quais as diferenças entre eles. De igual modo, explana a cerca das formas possíveis de haver a dissolução ou extinção, e quais efeitos são gerados a partir destes, passando assim, ao contrato particular, que como já mencionado é o objeto do presente trabalho, em que este, para possuir validade deve ser redigido no começo ou durante a união estável, devendo ainda, ser registrado em cartório caso necessite de eficácia contra terceiros. No entanto, para que fosse possível alcançar os objetivos pretendidos, utilizou-se o método dedutivo e o método monográfico para realização da pesquisa, tendo sido está, realizada de forma indireta, ou seja, como pesquisa bibliográfica.

MÉTODO APAC – ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS E SUAS VANTAGENS EM RELAÇÃO AO SISTEMA PENITENCIÁRIO CONVENCIONAL

Bárbara Darck Cassol Zanella

Alejandro César Rayo Werlang

O presente trabalho está inserido na linha de pesquisa Perspectivas Inovadoras de um Direito Criminal Contemporâneo. A delimitação do tema diz respeito à análise do método APAC- Associação de Proteção e Assistência aos condenados e suas vantagens em relação ao sistema penitenciário convencional, que atualmente, enfrenta diversos problemas, mostrando-se ineficaz em termos de recuperação e ressocialização dos apenados. Para tanto o presente trabalho teve como objetivo pesquisar acerca do método APAC e compará-lo com o sistema convencional de tratamento do preso, analisando a evolução histórica da pena prisão, tratando das casas de correção à pena privativa de liberdade, as modalidades de sistemas penitenciários e finalidades da pena; explanou-se também, a lei de execução penal em especial sua conceituação, principiologia e aplicabilidade; e, por fim, verificou-se o método APAC, o problema da reincidência no cenário brasileiro, e os motivos pelos quais o método APAC possui vantagens em relação ao sistema penitenciário convencional. Teve como problema a seguinte questão norteadora: Com a utilização do método APAC é possível superar os problemas do sistema carcerário convencional? Nesse sentido, teve como método de abordagem o método dedutivo; como método de procedimento, o monográfico; e como métodos de pesquisa, a pesquisa bibliográfica. Através, da análise do tema, concluiu-se que a metodologia APAC é extremamente vantajosa em relação ao sistema penitenciário convencional, pois humaniza o cumprimento da pena, qualifica os apenados para que tenham um meio de sobrevivência quando postos em liberdade, é econômico para o Estado e resolve o problema da reincidência, ressocializando os infratores e tornando-os cidadãos de bem, úteis e cumpridores de seus deveres. Assim, protegendo sociedade, diminuindo a violência no país e tornando-o um lugar melhor para se viver.

A MEDIAÇÃO FAMILIAR COMO UM MECANISMO DE PREVENÇÃO DE ATOS DE ALIENAÇÃO PARENTAL

Bianca Schilero Zanon

Aline F. Caeran

O presente trabalho possui como objetivo geral analisar se a mediação familiar constitui um mecanismo apto a amenizar as sequelas da ruptura da vida conjugal, de modo específico, a prevenção de atos de alienação parental. Para ser atingido seu objetivo, será verificado aspectos relativos a alienação parental e estudado o instituto jurídico da mediação familiar, para ao final ser confrontado o estudo realizado sobre mediação familiar e alienação parental. Nesse sentido, quando as pessoas se deparam com a dissolução da união, comumente, encontram-se fragilizadas, e alimentam sentimentos negativos em relação ao ex-companheiro(a), desse modo para fazer o outro sofrer passam a utilizar-se de seus filhos como instrumento de vingança, culminando em uma série de atos que caracterizam-se como Alienação Parental. Contudo, a mediação familiar apresenta-se como uma alternativa atual para proporcionar as pessoas, uma nova perspectiva de vida após a ruptura da vida conjugal. Ademais, ela visa restabelecer o diálogo entre os litigantes, procurando fazer com que eles consigam separar corretamente conjugalidade de parentalidade e a superar corretamente o luto da dissolução da união com o intuito de que seja preservado um bom convívio familiar após a separação, e assim, para que não floresça a alienação parental. Desse forma, conclui-se que a mediação familiar é um mecanismo efetivo de prevenção da alienação parental, pois ela possibilita ao ex-casal, a oportunidade de dialogarem de maneira consensual e superarem o conflito de modo consciente, sabendo da importância que a família possui na vida de seus filhos e do papel parental que exercem. Assim, a mediação familiar abraça o conflito como um todo, tratando não apenas dos problemas, mas também dos sentimentos. É justamente neste último caso, que se encontra o caminho para a alienação parental, pois é através dos sentimentos negativos que o agressor utiliza-se da alienação parental. Logo, a mediação é de suma importância para o Direito de Família, pois ela elimina o estado de combate entre as partes, fortalece e reorganiza os laços familiares, prevenindo sentimentos hostis que culminaram em alienação parental. Por fim, para a realização de pesquisa, foi usado o método dedutivo, partindo de argumentos gerais para se buscar pensamentos específicos.

A FUNÇÃO DO PADRASTO DIANTE DA NOVA FORMATAÇÃO DA FAMÍLIA NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Bruna Luiza Leitte

Alejandro César Rayo Werlang

O presente trabalho monográfico visa a estudar as modificações familiares no decorrer do tempo e, em especial, após o advento da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a qual trouxe com ela princípios implícitos e explícitos proporcionando maior liberdade no exercício de direitos e escolhas dos indivíduos no meio familiar e que, mesmo tendo regulamentado apenas três espécies de família, estas não são taxativas. No decorrer do trabalho será visto sucintamente algumas das novas formações familiares, as quais são constituídas por meio do afeto com o objetivo de alcançar a felicidade de seus membros, com especial estudo em relação a família reconstituída ou mosaico, claramente presente na sociedade contemporânea. A pesquisa foi realizada por meio do método dedutivo, bibliográfico e jurisprudencial. A delimitação do tema destina-se a analisar a nova figura do padrasto nas famílias reconstituídas ou mosaico presentes na sociedade atual e como este tem sido tratado pelo ordenamento jurídico brasileiro. Diante da nova realidade familiar, o estudo acerca do tema é de suma importância para a coletividade, estudantes de direito e demais estudiosos, pois contribuirá para o entendimento a respeito do novo papel do padrasto na sociedade contemporânea. A problemática consiste em analisar se, diante da importância do afeto nas relações de família, em especial, após Constituição Federal de 1988, que culminou com a formação de novas famílias, com relevância para a chamada família mosaico, o padrasto passou a ter uma nova função na relação familiar? Primeiramente será abordado a respeito da família no decorrer da história até o momento atual. Será tratado também a respeito da natureza jurídica do instituto da família e se há um conceito específico de família ou se é algo tão amplo que não possa ser delimitado, e também a respeito de alguns princípios constitucionais e do Direito de Família. O segundo capítulo consiste em analisar algumas das novas entidades familiares, os princípios da afetividade e solidariedade e também será relatado alguns dos direitos e deveres dos parentes consanguíneos, tais como guarda, visitação e alimentos. No último capítulo, será feita análise específica acerca da modalidade familiar reconstituída ou mosaico e também a respeito da figura do padrasto no Direito de Família, finalizando com a análise de algumas decisões jurisprudenciais a respeito da nova figura do padrasto. Diante de todo o exposto foi concluído que o padrasto não exerce apenas a função de companheiro da genitora, mas sim, muitas vezes, exerce o papel de pai, dando todo o apoio moral quanto material, criando o filho como se seu fosse e gerando efeitos jurídicos do mesmo modo que geraria para o pai biológico.

REQUISITOS DE CONCESSÃO DA TUTELA PROVISÓRIA CAUTELAR NO ATUAL CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Bruna Sponchiado

Maurício Zandoná

O presente estudo refere-se sobre a aplicabilidade dos conceitos da tutela cautelar no atual código de processo civil. Teve como objetivo analisar o instituto da tutela cautelar, assim como, se os conceitos e requisitos do CPC/1973 persistem no atual código. Este estudo mostrou-se necessário após a supressão do instituto da tutela cautelar no atual diploma processual, e da unificação das tutelas antecipadas e cautelares em tutelas de urgência. Estas modificações apontaram indagações quanto à aplicação dos requisitos necessários para concessão da tutela cautelar. Para tanto, buscou-se no âmbito qualitativo, descritivo e interpretativo o método para construir essa investigação. O estudo voltou-se a análise da história e definições acerca do instituto da tutela provisória, além dos seus procedimentos. Na sequência, o foco do trabalho foi destinado para abordagem sobre as cautelares “nominadas”, de modo que eram os tipos de cautelares existentes no antigo código de processo civil de 1973. Outrossim, foi tratado sobre o poder geral de cautela e o provimento antecipatório, em que o juiz pode, através de sua atuação eficaz, deferir medidas cautelares, as quais, não estão previstas na legislação. Ainda, realizou-se o estudo de caso, com análise dos dados de precedentes judiciais limitados ao Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Verificou-se que, após a supressão das cautelares nominadas do estatuto processual de 1973, os operadores do direito não necessitavam mais utilizar as formalidades e conceitos do antigo código, já que nesta nova fase do processo, estes procedimentos se tornaram obsoletos. Atualmente, para concessão da tutela de urgência, em específico da tutela cautelar, é necessário o preenchimento de dois requisitos básicos, previstos no art. 300 do CPC/2015, a probabilidade do direito e do perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Entretanto, caso estes requisitos não estejam de plano comprovados, poderá o requerente através de audiência de justificação prévia, juntar os elementos probatórios necessários para confirmar as exigências.

INÍCIO DO CUMPRIMENTO DA PENA APÓS DECISÃO CONDENATÓRIA EM SEGUNDO GRAU E O CONFLITO COM O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA

Bruno Schaffazick Junior

Gustavo Buzatto

O presente trabalho buscou analisar a justificativa da aplicação das prisões cautelares e a possibilidade de se efetuar a prisão antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória. O estudo destinou-se a abordar a temática relacionada às prisões – sejam elas cautelares ou a definitiva – e sua correta aplicabilidade frente ao princípio constitucional da presunção de inocência. Para tanto, inicialmente a pesquisa direcionou-se aos aspectos históricos do princípio da presunção de inocência, traçando a sua evolução e trazendo um paralelo entre o princípio no direito brasileiro e internacional. Em segundo plano, foram trazidos os conceitos e escalonadas as justificativas à possibilidade da prisão cautelar, em todas as espécies, demonstrando o porquê do não descumprimento do princípio da presunção de inocência. O foco central do trabalho foi o debate acerca da aplicabilidade das prisões cautelares e a execução antecipada do cumprimento da pena sem que isso restasse em prejuízo ao princípio da não culpabilidade adotado pelo ordenamento jurídico pátrio. Para isso, o estudo demonstrou os principais argumentos teóricos favoráveis e contrários à execução antecipada da pena, bem como apontou entendimentos jurisprudenciais aplicados ao contencioso judicial brasileiro. Dessa forma, abordou-se o Habeas Corpus número 126.292, apreciado pelo Supremo Tribunal Federal, que mudou o entendimento da Suprema Corte acerca da matéria, com detalhada análise dos votos e fundamentos dos ministros, trabalhando os argumentos que foram de encontro e os que foram ao encontro da decisão, que passou a permitir a execução da pena antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória. Ao final da pesquisa, foram elencadas algumas consequências jurídicas decorrentes da alteração do entendimento da Corte Constitucional, possibilitando uma análise do teor da mudança no campo prático, com suas possíveis consequências a curto, médio e longo prazo.

LEI MARIA DA PENHA: UMA FORMA DE PROTEÇÃO CONTRA A VIOLÊNCIA POR DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO NO BRASIL

Camila Dalberti

Aline Ferrari Caeran

O presente trabalho foi desenvolvido com o intuito de abordar sobre a Lei Maria da Penha, como uma forma de prevenção contra a violência por discriminação de gênero no Brasil e, dessa forma, tem-se como problema de pesquisa se a Lei Maria da Penha através das medidas implementadas cumpre o papel fundamental de proteção da violência por discriminação de gênero em face da mulher brasileira. Com efeito, no primeiro capítulo tratou-se sobre as questões relativas a violência de gênero no Brasil, sendo que no segundo capítulo abordou-se sobre as medidas implementadas pela Lei Maria da Penha para a proteção da mulher. No último capítulo, por sua vez, foi possível a análise da Lei Maria da Penha para prevenção da violência em face da mulher brasileira, analisando dados sobre a violência. Verifica-se, no entanto, que embora se tenha evoluído, ainda vive-se em uma sociedade patriarcal, na qual predominam-se valores estritamente masculinos, oriundos da imposição de poder, cuja dominação feminina é dada através das relações patriarcais, e ocorre por conta destes, a violação do princípio da dignidade da pessoa humana e dos direitos humanos fundamentais. Para o real enfrentamento da violência diversos setores necessitam ser aprimorados, isto é, capacitação dos profissionais que atuam nas problemáticas da violência de gênero, ampliação e aprimoramento das redes de apoio à mulher, reeducação social e moral, aperfeiçoamento das políticas públicas e sociais, campanhas educativas para a prevenção, proteção e suporte às mulheres, como também, o preenchimento das lacunas no rol da execução das penas e serviços de reabilitação para os agressores. Para a realização dessa pesquisa utilizou-se o método de abordagem dedutiva, bem como o método de procedimento monográfico e o método de pesquisa bibliográfico.

A REFORMA TRABALHISTA E A FLEXIBILIZAÇÃO

Carlos Miguel Rodrigues

André Rodrigues

O presente trabalho tem por escopo o estudo quanto à flexibilização da Reforma Trabalhista. Para tanto, no primeiro capítulo há uma incursão na evolução histórica do Direito do Trabalho, abordando-se a história do Direito do Trabalho no mundo, como também a evolução histórica do Direito do Trabalho no Brasil, tendo em vista que o vigente contexto do Direito do Trabalho em muito se depreende da sua parte histórica, sendo imprescindível referida abordagem. Trata-se também sobre os princípios do Direito do Trabalho, uma vez que estes constituem base elementar na formação, interpretação e modificação do direito laboral. O segundo capítulo é evidenciado com a análise do instituto da flexibilização, momento em que é levada a baila a conceituação do termo, a classificação e as desvantagens da flexibilização trabalhista. Por sua vez, no terceiro capítulo verifica-se o processo de flexibilização ocorrido no Brasil, a fim de contextualizar com a atual flexibilização da Reforma Trabalhista. Outrossim, foi realizado o apontamento das principais alterações advindas da Lei 13.467 de 2017. Finalmente, conclui-se que a Reforma Trabalhista flexibilizou as normas da seara trabalhista, permitindo maior negociação e liberdade entre as partes, simplificando procedimentos, atenuando, reduzindo ou até mesmo suprimindo direitos, ou então oferecendo mecanismos para tanto, em prol de estimular e desenvolver o preocupante cenário econômico laboral. Utilizou-se o método dedutivo para desenvolvimento do trabalho em apreço.

O FEMINICÍDIO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO: UMA QUESTÃO DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Caroline de Moura

Renata Egert

O feminicídio foi inserido como situação qualificadora no artigo 121 do Código Penal pela lei 13.104, com ele se torna mais elevada a pena do homicídio realizado contra a mulher em razão de ser ela integrante do gênero feminino. O feminicídio pode ser decorrente do preconceito e menosprezo contra a mulher em razão de ser mulher ou por consistir em uma forma de violência doméstica em que a mulher é agredida dentro de sua casa por pessoa próxima a ela. Os objetivos deste estudo são verificar o aspecto histórico e a evolução dos direitos das mulheres, analisar os crimes contra a mulher e as legislações existentes, demonstrar o feminicídio no ordenamento jurídico brasileiro e se esta é uma questão de violência de gênero. A metodologia utilizada para esta pesquisa foi a realização de coleta de matérias bibliográficas, estatísticas e jurisprudenciais. Como resultado conclui-se que as mulheres historicamente são objetos de preconceito, sendo tratadas como inferiores aos homens em diversas eras. Em razão disso, por muito tempo não havia preocupação do Estado e da sociedade quando elas fossem agredidas, ainda mais se o agressor fosse seu pai ou seu marido, considerava-se que ele estava exercendo um direito de controlá-las e puni-las. O feminicídio consiste no ponto máximo da violência contra a mulher, pois, lhe retira a vida. A lei Maria da Penha foi criada para impedir a realização de crimes contra a mulher e a lei do feminicídio criada para punir mais gravemente estas mortes.

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ADVOGADO PELA TEORIA DA PERDA DE UMA CHANCE

Charles Mario Muraro

Pablo Henrique Caovilla Kuhnen

A presente pesquisa tem como objetivo analisar a responsabilidade civil do advogado. Do ponto de vista metodológico, o desenvolvimento do estudo considera o método dedutivo para a abordagem, o método monográfico como método de procedimento e a pesquisa indireta bibliográfica como técnica de pesquisa. No primeiro capítulo desenvolveu-se um estudo acerca da evolução da responsabilidade civil, seus pressupostos caracterizadores, bem como foi objeto de análise as espécies de responsabilidade civil. No mesmo capítulo foi abordado a responsabilidade civil pela perda de uma chance, tendo sido analisado a origem e evolução histórica da teoria, também foi feita a definição da teoria, bem como foram estabelecidos critérios para a sua aplicação. Posteriormente, foram estudadas as variáveis da responsabilidade civil dos profissionais da advocacia, sua origem histórica, seus deveres e direitos, bem como a distinção da obrigação de meio da de resultado. Por fim, concluindo o estudo bibliográfico, efetuou-se uma pesquisa doutrinária sobre a responsabilidade civil do advogado pela teoria da perda de uma chance no direito brasileiro, da mesma forma foi realizado um estudo direcionado ao entendimento do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, bem como do Supremo Tribunal de Justiça, sem deixar de lado os casos históricos que marcaram a aplicação da teoria no Brasil. Ainda, foi objeto de análise a quantificação da responsabilidade civil decorrente dessa teoria. Os resultados obtidos refletiram em uma abordagem dinâmica e de fácil compreensão, demonstrando com precisão os pontos postos à pesquisa.

A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NOS DIVERSOS MOMENTOS POLÍTICO – JURÍDICOS DO BRASIL

Claudir Viana da Costa

Jean Mauro Menuzzi

A Imprensa, ou, a “Mídia” num modo geral e em todas as partes do mundo, sempre tiveram notadamente destaque nos mais diversos acontecimentos. O estudo realizado na presente dissertação trata da atuação da grande Imprensa nos acontecimentos políticos no Brasil. Apresenta a influencia que a mesma teve, especialmente em três momentos da nossa história política, sempre ligando sua atuação, propósitos e meios utilizados, com o desfecho desses momentos. Num primeiro instante aborda a chamada “Era Vargas”, desde sua ascensão ao poder em 1930, sua queda em 1945, e o retorno triunfal que o fez novamente presidente nas eleições de 1950. Getúlio comandou o país até 1954, quando não suportando a pressão política e principalmente da grande imprensa, deixou toda a nação estarecida suicidando-se em 24 de agosto do ano em questão. A atuação da Mídia volta a ser analisada novamente, num segundo momento da história política do nosso país, tratando do golpe de 1964 que depôs o então presidente da República, João Belchior Marques Goulart. Todos os acontecimentos que antecederam a derrocada de Goulart até os momentos seguintes, aqui é trabalhado analisando o comportamento adotado pela Imprensa, principalmente os grandes jornais da época. De outra parte, baseado em várias obras de diversos autores, o trabalho aqui apresentado, dá especial atenção a questão jurídica em cada um dos momentos pesquisados, sempre observando a legislação e o que nossa carta magna expressava com relação a Imprensa. Assim, com vasto e qualificado embasamento histórico-político-jurídico, dissertamos sobre o terceiro e último momento político aqui abordado, juntando a queda de dois mandatários maiores da nação, demonstrando o papel exercido pela Mídia, que levou Fernando Collor de Mello renunciar a presidência em dezembro de 1992, e recentemente em 31 de agosto de 2016, o impeachment da então presidenta Dilma Vana Rousseff. Assim sendo, fazendo um estudo aprofundado, criterioso e imparcial, o presente trabalho nos mostra como as questões relacionadas a Imprensa brasileira era expresso em nossos textos jurídicos, ou seja, qual o tratamento que juridicamente a Mídia tinha nos três momentos aqui abordados. A presente pesquisa, deixa evidenciado o poder e a influencia que a grande Imprensa teve em tais momentos, nos deixando a par da capacidade de interferência nas questões políticas que a Mídia exerceu e exerce, e que em muitos momentos, essa atuação tem um outro viés que não só o de informar o cidadão, mas também de colocar seus interesses em primeiro plano, fazendo uso do poderio de alcance de grande número de leitores, e assim influenciando direta e irresponsavelmente a política de uma nação.

A ATUAÇÃO DO ESTADO NA RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL POR DANOS AMBIENTAIS E OS MEIOS DE EFETIVAÇÃO

Daiane Prevedello

Thiago Luiz Rigon de Araújo

O presente trabalho está inserido nas perspectivas de estado constitucional e cidadania na sociedade contemporânea. Tem como delimitação do tema a atuação do estado na responsabilização civil por danos ambientais e os meios de efetivação, uma vez que como o direito ambiental é um direito difuso, cabe ao Poder Público representar a sociedade, na busca da responsabilização por provável dano ambiental. Desta forma, surge o questionamento acerca da representação do Estado na verificação da responsabilidade por danos ambientais através da Ação Civil Pública e a atuação do estado na responsabilização civil por danos ambientais e levando-se em conta esse meio de efetivação. Para tal, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar busca investigar o instituto jurídico da Responsabilidade Civil por danos ambientais e como está inserida a atuação do Estado na responsabilização civil por danos ambientais através dos seus meios de efetivação, em especial do procedimento da Ação Civil Pública, pesquisando a evolução histórica do direito ambiental brasileiro, identificar as nuances e como se configura a Responsabilidade Civil e verificar os meios de efetivação para responsabilização civil por danos ambientais do Estado, em especial a Ação Civil Pública. O método utilizado para a realização do trabalho foi o dedutivo, além da técnica de pesquisa bibliográfica, tais como, livros, artigos da doutrina nacional e jurisprudências sobre o tema. Dessa forma, o resultado será a constatação acerca da efetividade da responsabilização do Estado por danos ambientais através da Ação Civil Pública.

RESPONSABILIDADE CIVIL POR ABANDONO AFETIVO

Daniela Martins

Cátia Venina Sanderson da Jornada Fortes

O presente trabalho de conclusão de curso foi desenvolvido para se estudar a responsabilidade civil por abandono afetivo, os objetivos são: estudar a responsabilidade civil e o direito de família, bem como alguns de seus elementos; analisar as formas de abandono; pesquisar casos julgados pelos tribunais superiores em que foi constatada a ocorrência de abandono afetivo. O pagamento de indenização em razão do abandono afetivo já foi considerado como impossível em nosso ordenamento jurídico. Sendo suficiente que o pai pagasse a pensão alimentícia ao filho para se eximir de qualquer responsabilidade. Atualmente o afeto tem grande valor jurídico, os pais não são obrigados a amar os filhos, mas são obrigados a tê-los e sua companhia e lhe destinar os cuidados necessários para a formação de sua personalidade e desenvolvimento saudável. Consistindo a assistência afetiva em um dos deveres dos pais. Em caso de negligência na realização deste dever e sofrendo os filhos danos em razão do abandono afetivo ele é passível de indenização que objetiva promover a sua compensação, já que a falta de amor não pode ser reparada com dinheiro. A metodologia consistiu na realização de pesquisa bibliográfica e jurisprudencial, com a utilização de lições doutrinárias e julgados do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal como fontes de conhecimento para o desenvolvimento deste trabalho.

A PROTEÇÃO DO TRABALHO DO MENOR

Daniela Mayer

André Rodrigues

Este trabalho examina a proteção do trabalho do menor no sistema jurídico brasileiro. O direito do trabalho é o um dos ramos mais antigos do direito e assim foi evoluindo ao longo do tempo, e com isso foi surgindo princípios e proteções pertinentes à classe de trabalhadores. No Brasil, o direito trabalhista surgiu a partir de 1930, com a mudança da maneira de encarar a questão social, a legislação trabalhista começou a ganhar corpo, e inúmeras leis foram elaboradas. No âmbito constitucional, o direito do trabalho somente se consolidou a partir da promulgação da Carta Magna de 1934. A Constituição de 1988 que ampliou o leque de garantias constitucionais ao trabalhador e a proteção do menor. Ademais, com o passar dos anos o Direito do Trabalho passou por diversas transformações e evoluções, bem como várias leis específicas foram criadas para a proteção dos trabalhadores, como o Estatuto da Criança e do Adolescente, juntamente com a CLT e Decretos-Lei, visando a proteção e segurança do menor no âmbito trabalhista. Para a realização do estudo, utilizou-se o método dedutivo como método de abordagem, o método monográfico como método de procedimento e a pesquisa indireta - bibliográfica como técnica de pesquisa. Inicialmente, o foco deste estudo foi a história do direito do trabalho, os princípios do direito do trabalho e os fundamentos para a proteção do trabalho do menor.

REVISÃO RECURSAL DA DECISÃO DOS JURADOS MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS QUE ABSOLVE O RÉU NO QUESITO GENÉRICO

Denise Weigel

Alejandro Cesar Rayo Werlang

O presente trabalho de monografia está inserido nas perspectivas inovadoras de um direito criminal contemporâneo. Dispõe como delimitação do tema o recurso à decisão dos jurados manifestamente contrária à prova dos autos, em razão de que a inserção do quesito genérico da absolvição na nova sistemática de quesitação do Tribunal do Júri revelou importante incongruência quando de uma absolvição por esse quesito, vez que, de um lado se encontra o jurado, legitimado a absolver por qualquer motivo, livre para decidir por sua íntima convicção, sem qualquer fundamentação e soberanamente, e de outro se encontra o Ministério Público, parte acusatória que pretende a recorribilidade quando da decisão manifestamente contrária à prova dos autos. Para tanto, este trabalho possui como objetivo geral a apuração do cabimento do recurso de apelação por parte do Ministério Público quando a decisão dos jurados for manifestamente contrária à prova dos autos, tendo como base o quesito genérico. O método utilizado para a realização do trabalho foi o método de abordagem dedutivo, o método procedimental de monografia dogmática ou operatória, bem como o método de pesquisa bibliográfica. Assim, diante da problemática de pesquisa apresentada, entendeu-se com essa perquirição ser incabível a revisão recursal por estar autorizada a absolvição por qualquer razão e em observância ao princípio da soberania dos vereditos, bem como, à plenitude de defesa e ao sistema da íntima convicção dos jurados.

FALÊNCIA DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE E ALTERNATIVAS COMO POSSIBILIDADE

Diana Lazzari

Jean Mauro Menuzzi

O presente trabalho tem por objeto o estudo da ineficácia das penas privativas de liberdade e as alternativas como possibilidade visando suprir a atual crise na execução penal. Com base em dados e estatísticas, a presente pesquisa analisa a ineficiência na execução penal frente aos altos índices de reincidência e superlotação nos estabelecimentos prisionais, buscando alternativas que revertam esse estado de caos. Para a elaboração do presente trabalho, utilizou-se o método de procedimento monográfico e o método de pesquisa indireto. O objetivo do presente estudo é pesquisar se, diante da ineficiência da pena de prisão, as penas e medidas alternativas seriam uma possibilidade, investigando os principais elementos históricos, teóricos e principiológicos das penas privativas de liberdade, abordando a pena privativa de liberdade sua finalidade e ineficiência e relacionar as penas e medidas alternativas como solução à pena privativa de liberdade. A importância do tema em exame se dá no fato de que as funções primordiais da pena não cumprem sua função sendo necessário e imprescindível buscar alternativas para alterar o cenário nacional atual, afim de que a execução penal não se torne mera banalidade e efetivamente cumpra seu papel punitivo e ressocializador.

PREGÃO: A MODALIDADE LICITATÓRIA DE MAIOR EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA

Diovana Pires Girardello

Jan Carlos Novakowski

Este trabalho adentra a linha de pesquisa sobre o Estado Constitucional e Cidadania na Sociedade Contemporânea. A delimitação do tema diz respeito ao pregão como a modalidade licitatória com maior eficiência administrativa, qual busca efetivamente, através de consulta doutrinária e de decisões do Tribunal de Contas da União, demonstrar que de fato, para a administração pública, dentro do processo licitatório, a modalidade pregão é a com maior eficiência. Para tanto, o presente trabalho teve como objetivos específicos analisar as modalidades de licitações, bem como seus procedimentos, com ênfase na modalidade licitatória do pregão, tanto em sua modalidade presencial, quanto eletrônica, tendo por consequência da eficiência um processo licitatório mais célere e transparente, construindo assim um procedimento praticamente imune a fraudes e desvios. Desta forma, teve como objetivo geral estudar as modalidades licitatórias, buscando a mais eficiente para a administração pública em relação às demais, tendo como umas das consequências da referida eficiência a construção de um sistema licitatório que pudesse mitigar eventuais fraudes durante seu processo. Somente através de um processo licitatório eficiente é que se tornará possível um sistema licitatório célere, transparente e com menos propensão a fraudes licitatórias, assuntos comuns e corriqueiros, frequentemente vislumbrados nos noticiários; esta é uma das importantes consequências que um processo licitatório eficiente traria para a administração pública. Esta é a ideia a cerca deste trabalho: demonstrar ao mundo jurídico, acadêmico e sociedade em geral, que a modalidade pregão seria a modalidade mais eficiente para a Administração. Desta forma através da eficiência do processo licitatório, criar-se-iam meios de disseminar e combater as fraudes realizadas na conjuntura administrativa atual, bem como, tornará possível a construção de um processo mais célere, transparente e economicamente viável para a administração pública. Assim, ao longo do presente trabalho haverá a busca de formas que tornem possível demonstrar que, apesar de não ser uma modalidade perfeita, o pregão é a modalidade que possibilitará a maior eficiência dentre as mais utilizadas nos procedimentos licitatórios no tocante às licitações de bens e serviços comuns. Ainda, o trabalho busca demonstrar que a modalidade pregão é a utilizada normalmente no âmbito da União quando se trata de bens e serviços comuns, utilizando tanto a sua modalidade presencial, quanto a eletrônico, cabendo ressaltar que é dada

prioridade para a utilização da sua versão eletrônica. Desta forma, resta demonstrado que através da utilização do pregão é possível maximizar a economia de recursos financeiros da administração, bem como encontrar métodos de celeridade no processo licitatório, o que conseqüentemente trará maiores índices de transparência pública.

APOSENTADORIA ESPECIAL: COMPROVAÇÃO DO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

Ederson Binele
André Rodrigues

Este trabalho visa demonstrar os aspectos gerais da aposentadoria especial ou também chamada de B/46, é uma espécie de aposentadoria, mais delicada onde se busca a aposentadoria de forma antecipada, ou seja 15 (quinze), 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) anos em labuta considerada especial. Ela abrange os segurados/trabalhadores que se encontrarem expostos a agentes nocivos prejudiciais para a saúde ou integridade física, quanto maior o agente agressivo menor será o tempo de trabalho que este labutador terá que exercer nessa função. Também será demonstrado a forma que se comprova o tempo de contribuição despendido em atividades consideradas insalubres e a exposição a trabalhos perigosos, penosos ou insalubres, sendo que, na atualidade se exige 180 meses de carência para o pleito do benefício. Abordaremos também os entendimentos majoritário, as jurisprudências pacificadas e súmulas vinculantes, a respeito das formas de exposição, da habitualidade e permanência e das atividades por enquadramento por categoria profissional, da dosimetria do ruído para se enquadrar como período especial. E por fim, será feita análise de como fica o salário de benefício do segurado, de como fica sua média salarial e após o êxito de sua aposentadoria especial, se os mesmo pode continuar a trabalhar na mesma função ou em outra atividade similar.

PUBLICIDADE NA ADVOCACIA E AS REDES SOCIAIS

Elivelton Luza

Pablo Henrique Caovilla Kuhnen

A advocacia é umas das profissões mais antigas do mundo, e por muito foi realizada de forma gratuita até sua profissionalização. Os primeiros cursos de direito no Brasil surgiram em meados de 1830, a formação de operadores do direito era uma necessidade da época, e tinha como intuito angariar ideias relacionadas com o desenvolvimento sociopolítico do país. Passado alguns anos desde o surgimento dos cursos de direito, houve a necessidade da criação do primeiro Código de Ética profissional, onde já havia mencionado em seus documentos a “publicidade e anúncios”. Atualmente as atividades advocatícias são regidas pelo provimento 94/2000 e pelo Código de Ética e disciplina da OAB, que teve sua ultima versão publicada no ano de 2015, o referido código norteia a consciência e a conduta profissional do advogado. A atualização do Código visa disciplinar as atividades publicitárias dos advogados de forma mais abrangente, trazendo normativas para temas atuais como os avanços tecnológicos. Dentre as regulamentações presentes no documento, a publicidade na advocacia ainda é temática que sofre diversas restrições devido a sua associação com a antiética e a mercantilização da profissão. Diante do advento da internet, muito se tem discutido a respeito do que é vedado e o que é permitido se fazer em publicidade levando em consideração os regramentos alusivos a publicidade na advocacia.

IMPLICAÇÕES LEGAIS DA LEI DE FALÊNCIAS: INOVAÇÕES E APLICAÇÕES PENAIS

Eloisa Fernanda Franciscatto

Sérgio Manoel Vieira

O presente trabalho está inserido na linha de pesquisa Estado Constitucional e Cidadania na Sociedade Contemporânea. A delimitação do tema diz respeito aos aspectos penais da Lei de Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falências nº 11.101/05, sancionada pelo presidente Luis Inácio Lula da Silva, visto que existem diversos questionamentos com relação aos crimes falimentares e seu procedimento penal. Nesse sentido o corrente trabalho teve como objetivo conhecer e analisar as modificações impostas pela referida lei com ênfase nas alterações penais e procedimentais. Teve como problemática norteadora identificar os efeitos penais e suas consequências para o empresário ou sociedade empresária. Para desenvolvimento desse estudo foi utilizado como método de abordagem o dedutivo, como método de procedimento utilizado foi o monográfico, e como métodos de pesquisa, a pesquisa indireta bibliográfica. A relevância do tema em exame se dá pelo fato de que existem poucos estudos sobre os assuntos tangentes a óptica penal da referida lei, que é de extrema importância para a sociedade sobretudo no âmbito empresarial e administrativo. Os resultados obtidos através desse estudo foram de que a matéria penal da Lei trouxe inovações e alterações positivas para a sociedade empresária e para a comunidade em geral. Os efeitos penais e suas consequências se mostraram importantes para os aplicadores de direito, bem como, para os empresários e coletividade.

A RESPONSABILIZAÇÃO PENAL DA PESSOA JURÍDICA NA PRÁTICA DE CRIMES CONTRA O MEIO AMBIENTE: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DOS PRINCÍPIOS PENAIIS

Evair Junior Benedetti

Renata Egert

Um meio ambiente ecologicamente equilibrado é um direito difuso e coletivo assegurado pela Constituição Federal. Para que tal direito seja efetivado, é notória a necessidade do Poder Público, por meio dos três poderes, procurar exercer e resguardar a tutela deste direito, ou com a criação de políticas públicas de preservação ou com a criação de dispositivos legais. O Poder Legislativo criminalizou condutas que atentassem contra a fauna e a flora, e como consequência, o agente que pratica tais atos que se encontram tipificados, necessariamente comete ilícito penal, e como resposta, estará sujeito ao cumprimento de pena. Além da sanção criminal prevista, o agente que atenta contra o meio ambiente ainda pode responder nas esferas cível e administrativa, com o pagamento de multas e a necessidade de reparação do dano. Um fato controverso entre os doutrinadores e os estudiosos acerca do tema se assenta sobre a aplicação de pena as pessoas jurídicas que praticam crimes contra o meio ambiente. Um dos argumentos utilizados é sobre o fato de que, a pessoa jurídica, após sua constituição se torna um sujeito de direitos, e na mesma proporção se torna um sujeito de deveres, devendo desta forma responder por seus atos. Um contraponto a tal ideia é encontrado na esfera penal, pois a responsabilização da pessoa jurídica na área criminal acaba por ferir diversos princípios penais. O princípio da culpabilidade rege que, apenas quando o agente contribui para o ato com dolo ou culpa deve ser responsabilizada, logo, a pessoa jurídica, por não possuir vontade autônoma, não age com tal pressuposto para a prática do ato. Outro princípio que merece destaque no referido questionamento é o princípio da personalidade da pena, que rege que a pena não pode passar da pessoa do condenado. A pessoa jurídica, por não possuir vontade própria, conforme argumentam especialistas, não deveria ser passível de punição na esfera penal, assim, as sanções deveriam ser voltadas aos administradores da pessoa que praticar o ato danoso punível, pois estes sim agiram com culpabilidade, e preenchem os pressupostos legais para a aplicação de pena.

A GUARDA COMPARTILHADA COMO INSTRUMENTO PARA MITIGAR A ALIENAÇÃO PARENTAL

Evelyn Karoline Guth

Patrícia Luzia Stieven

O presente trabalho está inserido na linha de pesquisa Estado Constitucional e Cidadania na Sociedade Contemporânea. A delimitação do tema diz respeito à aplicação da guarda compartilhada como instrumento para mitigar alienação parental, visto que a alienação parental vem tomando uma grande proporção em nossa sociedade. Para tanto, o trabalho teve como objetivo estudar a Guarda Compartilhada como instrumento para mitigar alienação parental, bem como analisar o instituto da Alienação Parental diferenciando-o da Síndrome da Alienação Parental; examinando o instituto da guarda nas dissoluções matrimoniais e convivências; e verificando através de análise jurisprudencial os efeitos da aplicação da guarda compartilhada em casos de Alienação Parental. Teve como problema a seguinte questão norteadora: Quais são os impactos causados pela Alienação Parental em crianças e adolescentes e, nesse sentido, a guarda compartilhada pode auxiliar na diminuição dos efeitos causados por essa? Nesse aspecto, teve como método de abordagem a pesquisa bibliográfica; como método de procedimento, o monográfico; e como método de pesquisa, a pesquisa indireta (bibliográfica). Através do estudo realizado, o presente trabalho trouxe como resultado que a alienação parental é um problema muito sério nas relações familiares, pois tem como escopo fazer com que a criança e/ou adolescente crie uma repulsa ao genitor alienado, o que pode trazer diversos problemas psicológicos e de desenvolvimento a elas. Assim a guarda compartilhada, por se tratar de uma modalidade de guarda que vem crescendo nos últimos tempos, não permite que nenhum dos genitores se esquive de suas responsabilidades, muito menos que um deles não exerça o seu dever para com seu filho. Ademais, a guarda compartilhada, tem o objetivo de manter os vínculos familiares com os filhos após o término de uma relação conjugal, podendo se tornar uma alternativa na diminuição dos efeitos causados pela alienação parental.

MARCAS E PRÁTICAS CONCORRENCIAIS

Fabian Loza

Liliana Locatelli

O presente trabalho está inserido na linha da pesquisa Estado Constitucional e cidadania na sociedade contemporânea. Nesse estudo foram analisados os signos distintivos e seus princípios aplicáveis, com ênfase nas marcas de produtos e serviços, tratadas por alguns doutrinadores como o bem imaterial mais valioso para as empresas, e os princípios a elas aplicáveis. Por fim, foram analisadas decisões proferidas pelos tribunais a fim de observar a normativa aplicável às práticas concorrenciais desleais e parasitárias. O problema de pesquisa buscou elucidar se há proteção jurídica aos titulares de marcas de produtos e serviços no Brasil quanto à utilização indevida dessas nas práticas concorrenciais. Nesse sentido, adotou-se como método de abordagem o dedutivo, como método de procedimento, o monográfico, e, como métodos de pesquisa, a pesquisa indireta (bibliográfica) e a pesquisa empírica (jurisprudencial). Conclui-se que a Lei de Propriedade Intelectual, a Lei 9.279 de 1996, como norma que regulamenta as marcas de produtos e serviços no Brasil, protege os direitos dos titulares e também reprime os atos de concorrência desleais. Sobre as decisões proferidas, ficou evidente que há inúmeros casos concretos em que titulares de produtos e serviços buscam proteger suas marcas da utilização indevida por terceiros. Também se concluiu que existem fundamentos jurídicos suficientes para coibir tais atos, embora exista divergência entre os julgadores quanto à interpretação das normas, sobre o direito aplicável a cada situação e quanto aos critérios para analisar cada situação concreta.

A RESPONSABILIDADE CIVIL DOS CIRURGIÕES-DENTISTAS EM PROCEDIMENTOS ODONTOLÓGICOS

Fábio Franciscatto

Maurício Zandoná

O objetivo desse trabalho foi analisar a responsabilidade civil do cirurgião-dentista ao realizar procedimentos odontológicos. Dessa forma, utilizou-se o método dedutivo como método de abordagem, o método monográfico como método de procedimento e a pesquisa indireta bibliográfica como técnica de pesquisa. Inicialmente, o escopo do estudo bibliográfico voltou-se para o delineamento histórico da responsabilidade civil, identificando-se em seguida os tipos de responsabilidade civil e a sua aplicabilidade na área da saúde, enfatizando-se a Odontologia. Além do mais, o presente estudo fez uma abordagem da responsabilidade civil do cirurgião-dentista frente ao Código de Defesa do Consumidor, explanando os pontos de vista tanto da doutrina quanto da jurisprudência em relação a obrigação, se de meio ou de resultado. Por fim, após análise do entendimento jurisprudencial na região sul do Brasil, constatou-se que o entendimento predominante é que o cirurgião-dentista tem a sua responsabilidade civil entendida como obrigação de resultado e a especialidade da Ortodontia também agasalha esse entendimento.

DIREITO PENAL: CRIMES EM CONCURSO NECESSÁRIO

Fernanda da Conceição Cavalheiro

Daniel Pulcherio Fenterseifer

A presente monografia dedica-se ao estudo do concurso de pessoas, mais especificamente do concurso necessário, dentro da linha de pesquisa Perspectivas inovadoras de um direito criminal contemporâneo. A delimitação do tema é os tipos penais que exigem concurso necessário de agentes possuem defeitos em suas capitulações e acabam por violar princípios do direito penal, em razão de que, alguns dos delitos de concurso necessário são de mera conduta e isso afronta diretamente princípios do direito penal. Por esse motivo, o objetivo do trabalho é conceituar o concurso de pessoas, com enfoque no concurso necessário, buscando conhecer o instituto, bem como identificar se os tipos penais que demandam de concurso necessário encontram-se em conformidade com os princípios do direito penal; pesquisar os conceitos, espécies, natureza jurídica, requisitos e modalidades do concurso de pessoas e sua abrangência; verificar brevemente as modalidades de concursos, fundamentos, condições e circunstâncias, bem como princípios do direito penal relacionados com o fato agente; e, por fim, analisar os tipos penais que demandam concurso, tendo em vista suas peculiaridades. Para tanto, utilizou-se da forma de metodologia baseada no método dedutivo, desenvolvida através do método monográfico. Nesse sentido, obteve-se como resultado que os delitos de perigo abstrato e de mera conduta estudados afrontam, de fato, o direito, pois neles o tipo penal realiza-se apenas com a conduta do agente, sendo punidos pelos atos preparatórios, ou seja, antes mesmo de um possível delito acontecer, não sendo necessário ocorrer lesão ao bem jurídico tutelado, conforme os crimes de organização criminosa, associação criminosa e associação para o tráfico. O crime de bigamia ofende diretamente o princípio da lesividade, no momento em que incrimina a conduta mesmo que não haja lesão ao bem jurídico, uma vez que o dolo do delito está no livre arbítrio de casar-se novamente, ainda que não concretize todos os elementos da conduta. Quanto a rixa, quando de sua forma qualificada, vai de encontro ao princípio da punibilidade, por emergir da responsabilidade objetiva do agente. Concluiu-se, portanto, que vivemos de acordo com o direito penal de fato, afastando o direito penal do autor, o qual pune o indivíduo antes mesmo do cometimento do delito, é um critério penal atribuído pelo modo de vida do agente e não pelo crime que cometeu, motivo pelo qual os delitos acima questionados afrontam o Estado Democrático de Direito.

A EXECUÇÃO PENAL COMO VIA DE RESSOCIALIZAÇÃO E REINTEGRAÇÃO DOS DETENTOS

Fernanda Carolina da Silva

Mateus da Jornada Fortes

O presente trabalho está inserido na linha de pesquisa Estado Constitucional e Cidadania na Sociedade Contemporânea. A delimitação do tema diz respeito à execução penal como via de ressocialização e reintegração dos detentos, visto que pairam muitas incertezas e discussões acerca da possibilidade de ressocializar o preso, principalmente diante da falta de investimentos nas instituições de cárcere que torna crescente e visível a precariedade do sistema prisional brasileiro. Para tanto, o trabalho teve como objetivo estudar a Execução da Pena enquanto instrumento de ressocialização e reintegração dos detentos, bem como de cumprimento da sentença penal condenatória, analisando as penas e sua aplicação no contexto histórico mundial e brasileiro; verificando a aplicação da lei de execuções penais e a efetividade dos métodos de ressocialização dos apenados trazidos por ela; e verificando quais as medidas a serem tomadas, com vistas à possibilitar a ressocialização e reintegração dos apenados, com o oferecimento de trabalho e educação ao detento, assim como a utilização de métodos e modelos inovadores da cumprimento de pena. Teve como problema a seguinte questão norteadora: Quais as medidas a serem adotadas acerca da ineficácia da pena no que tange a ressocialização e reintegração, para que estas alcancem sua eficácia? Nesse sentido, teve como método de abordagem a pesquisa bibliográfica; como método de procedimento, o monográfico; e como método de pesquisa, a pesquisa indireta (bibliográfica). Através do estudo realizado, o presente trabalho trouxe como resultado o fato de que apesar da qualidade e evolução o texto da Lei de Execuções Penais, falta ao Estado e a própria sociedade colocar em prática o plano do legislador, entretanto adotar tão somente as medidas da lei talvez não seja suficiente para resolver o problema da alta reincidência e baixos índices de ressocialização. A conscientização da população acerca da necessidade de dar oportunidades a egressos do sistema prisional é fundamental para construção de oportunidades. O cumprimento dos dispositivos da LEP e da Constituição da República Federativa do Brasil, assim como o respeito às legislações internacionais que tratam da dignidade dos detentos é fundamental para o alcance da ressocialização. A criação de novos programas e métodos para o cumprimento da pena de forma humanizada, como é o caso da APAC com envolvimento da sociedade é primordial.

DIREITO AO ESQUECIMENTO COMO CONSEQUÊNCIA DO DIREITO À VIDA PRIVADA, INTIMIDADE E HONRA NA ESFERA CIVIL

Fernanda Piovesan Lazaretti

Patricia Luzia Stieven

A presente pesquisa, através do método dedutivo, buscou analisar a aplicação do direito ao esquecimento no cenário jurídico brasileiro, tendo em vista a sociedade da informação vivenciada nos dias atuais, caracterizada pelo avanço da tecnologia e a expansão da internet. O direito ao esquecimento pode ser definido como o direito de não ter divulgado acontecimentos da vida das pessoas, mesmo que de conhecimento notório da sociedade, quando este fato atingir negativamente a honra, imagem e demais direitos pessoais do sujeito. Diante disso, surgiram novos desafios ao direito frente a possíveis ameaças aos direitos personalíssimos com o exercício da liberdade de comunicação, pois tornou-se mais fácil o acesso e rememoração de fatos pretéritos, e conseqüentemente a exposição dos indivíduos. Assim, quando entram em choque o direito a liberdade de imprensa, em divulgar eventos relacionados às pessoas e o direito à privacidade dos indivíduos envolvidos, estar-se-á diante de uma colisão entre direitos fundamentais de mesmo patamar hierárquico. Nesse cenário, optou-se por verificar o tema por meio do estudo dos direitos fundamentais, em específico dos direitos da personalidade, da dignidade da pessoa humana como forma de proteção desses direitos pessoais, da legislação referente a liberdade de imprensa e da colisão entre o direito de ser deixado em paz e a liberdade de comunicação. Através da análise de decisões do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça e de Tribunais de Justiça objetivou examinar o posicionamento dos Ministros e Desembargadores referente a matéria, chegando-se a conclusão de que não há uma regra específica para resolver o conflito, e sim a utilização do método da ponderação em cada caso concreto.

ARRANJOS FAMILIARES DA CONTEMPORANEIDADE

Fernanda Schiminkoski Vargas

Aline Ferrari Caeran

O presente trabalho busca pesquisar o conceito de família e fazer uma análise dos principais arranjos familiares existentes, em decorrência das transformações ocorridas no conceito de família no direito brasileiro. O problema aqui encontrado são quais as espécies de arranjos familiares podem ser vislumbradas no direito brasileiro, diante de tantas readequações sociais do conceito de família. Alguns objetivos específicos deste trabalho são a dissertação sobre a evolução histórico-conceitual do instituto familiar, a verificação na mudança de paradigmas no que diz respeito ao conceito de família, seus princípios e fundamentos e a análise das novas formações familiares no direito brasileiro. O principal objetivo dessa pesquisa é expor a constante evolução do instituto familiar, para que assim pudesse ser verificado se esse grupo, ora tão importante para nossa sociedade como também para nosso ordenamento jurídico, têm seus direitos fundamentais respeitados e a proteção por parte do Estado garantida. Como resultado deste trabalho, chegou-se a conclusão de que os arranjos familiares conhecidos como família matrimonial, monoparental, recomposta, homoafetiva e decorrente da união estável, são as principais formações familiares, hoje existentes em nossa sociedade. Para que os objetivos pretendidos fossem alcançados, foi utilizado o método dedutivo, monográfico, além da técnica de pesquisa bibliográfica, sendo que está foi feita tanto em nossa legislação quanto em doutrinas de renomados autores. Tem como linha de pesquisa o Estado constitucional e cidadania na sociedade contemporânea.

SISTEMA CARCERÁRIO E O MÉTODO APAC COMO ALTERNATIVA NA EXECUÇÃO PENAL

Franciele Pires

Daniel Pulcherio Fensterseifer

O presente estudo tem por finalidade avaliar o método APAC e sua efetividade diante dos problemas enfrentados na tentativa de ressocialização do apenado, em uma perspectiva teórica. A delimitação do tema concerne na eficácia do método APAC, uma vez que o sistema prisional comum falha na ressocialização do apenado. Para tanto, o presente teve como objetivo estudar a história do Direito Penal, desde os primórdios da sociedade, analisando o avanço histórico da pena e sua aplicação, de igual forma um estudo sobre o sistema carcerário brasileiro, revendo a sua origem, bem como a Lei de Execução Penal, e todos os problemas enfrentados no sistema prisional comum, quais são; falência da pena, os direitos dos presos e a reincidência, e ainda um breve estudo dos regimes penais na execução da pena. Por fim, analisou os 12 (doze) elementos do método APAC, bem como, a origem do método, finalizando com uma comparação entre o sistema prisional comum e o método APAC. Teve como problema a seguinte tese norteadora: O método APAC fundado no princípio da dignidade humana tem por finalidade a ressocialização do apenado, partindo do pressuposto de que todo o ser humano é recuperável desde que haja um tratamento adequado. A partir dessa premissa e desse procedimento é possível a ressocialização e a reinserção do apenado ao convívio social através do método APAC? Nesse ponto de vista, foi usado o método dedutivo de abordagem que se baseia em argumentos gerais; como método de procedimento foi utilizado o monográfico visando estudo aprofundado e representativo de determinados indivíduos; como método de pesquisa foi utilizado indireta bibliográfica. Através do estudo indireto bibliográfico, o presente trabalho apresentou como resultado que o método APAC é efetivo, quando seguido o passo a passo dos 12 elementos, tem como resultado positivo a ressocialização do recuperando e a reinserção ao convívio social, diminuindo o índice de reincidência, bem como, garante todos os direitos e assistências previstas na legislação vigente.

A RESPONSABILIDADE PENAL DO AGENTE INFILTRADO EM ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA

Gabriel Regis Olesiak Cordenonsi

Alejandro César Rayo Werlang

O presente trabalho está inserido na linha de pesquisa Perspectivas Inovadoras de um Direito Criminal Contemporâneo. A problemática aqui proposta diz respeito à responsabilidade penal do agente infiltrado em organização criminosa por crimes cometidos no curso da operação de infiltração policial, regida pela Lei nº 12.850/13, diante da importância que essa técnica especial de investigação representa para a desarticulação do crime organizado. Nesse contexto, surgiu a necessidade de se compreender a atuação do agente infiltrado, de modo a garantir o correto deslinde da operação. Para se chegar aos resultados, a presente pesquisa teve por escopo, inicialmente, a análise da operação de infiltração policial, com abordagem das diferenças entre inteligência e investigação, do instituto da prisão em flagrante, das modalidades e exemplos de infiltração e do procedimento da operação segundo a Lei nº 12.850/13. Em prosseguimento, passou-se ao estudo do crime organizado, de sua origem em âmbito mundial, seu histórico no Brasil, bem como de seu conceito e evolução no ordenamento jurídico pátrio, e de suas principais características e campos de atuação, realizando-se, por derradeiro, o estudo acerca da figura do agente infiltrado e sua responsabilidade penal. Para tanto, foi objeto de análise o perfil e a atuação do agente, a teoria finalista da ação e, especialmente, as questões relativas ao dever de proporcionalidade na atuação do agente infiltrado e à exclusão de sua responsabilidade criminal, além da responsabilidade penal do agente corrompido pelo crime organizado. Utilizaram-se, para a realização desta obra, os métodos dedutivo (de abordagem), monográfico (procedimental), além das pesquisas bibliográfica e jurisprudencial como métodos de pesquisa, sendo a empírica (jurisprudencial) de forma breve, para o fim de demonstrar a aplicabilidade no caso concreto da Lei nº 12.850/13 no que diz respeito à responsabilidade penal do agente infiltrado. Constatou-se, com base no estudo realizado, que, segundo o art. 13, *caput*, da Lei nº 12.850/13, o agente que não guardar a devida proporcionalidade em sua atuação responderá pelos excessos praticados, ao passo que, segundo redação disposta no parágrafo único do mesmo dispositivo, estará o policial infiltrado isento de pena se for inexistente conduta diversa por parte dele. Desse modo, concluiu-se que o agente infiltrado age protegido por uma excludente de culpabilidade, desde que respeite a proporcionalidade e a finalidade da investigação, sendo digno de elogios o legislador pela escolha, pois, assim, o fato permanece sendo típico e ilícito, de forma a possibilitar, nos moldes

da teoria da acessoriedade limitada, a punição dos partícipes. Por outro lado, denota-se que o agente que vier a ser corrompido pelo crime organizado será responsabilizado criminalmente tal como os demais membros da organização criminosa, pois inadmissível que a operação de infiltração policial seja interpretada como fomento à prática delitiva.

POLICIA RODOVIÁRIA FEDERAL

Gian Sarturi

Cesar Riboli

O presente trabalho está inserido na linha de pesquisa Estado Constitucional e Cidadania na Sociedade Contemporânea. A delimitação do tema diz respeito a importância da Polícia Rodoviária Federal e qual a função do Estado enquanto responsável pela segurança pública no que diz respeito ao policiamento e fiscalização de rodovias federais e de fronteiras do território Nacional. Teve como problema a seguinte questão norteadora: A falta de efetivo combinado com a grande extensão de fronteiras que tem no País facilita a atividade de grupos criminosos que atuam no tráfico de drogas, contrabando de mercadorias e produtos ilegais? A importante tarefa de responsabilidade da Polícia Rodoviária no combate a crimes como tráfico de drogas, tráfico de armas e contrabando de mercadorias ilegais, crimes esses que financiam as atividades de grupos criminosos que assolam a segurança dos grandes centros urbanos. A função do Estado nesse contexto, e o que pode ser feito por parte da administração pública enquanto responsável pela administração da paz e ordem social. Quais as principais medidas que devem ser adotadas pelo Estado que possam vir a ter um resultado positivo no combate aos principais crimes cometidos nas rodovias e fronteiras. Para se atingir uma compreensão dessa realidade, definiram-se objetivos específicos, tais como, função do Estado, principais crimes cometidos nas rodovias federais de responsabilidade da PRF, crimes com maior impacto na economia, possíveis soluções para os crimes praticados, o desafio de o território Nacional ter grandes áreas fronteiriça. Observou-se a necessidade de um planejamento estratégico, reestruturação no efetivo, modernização dos equipamentos, e uma agenda Nacional voltada para a segurança e fiscalização de fronteiras.

A RESSOCIALIZAÇÃO DO EGRESSO DO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO ATRAVÉS DE COOPERATIVAS DE TRABALHO.

Graziela Rodrigues da Silva

Oliverio de Vargas Rosado

O presente trabalho está inserido na linha de pesquisa de perspectivas inovadoras de um direito criminal contemporâneo. A delimitação do tema se refere à possibilidade de ressocialização dos egressos do sistema prisional a partir da criação de cooperativas de trabalho. Para isso o presente trabalho teve como objetivo investigar acerca da obrigatoriedade, ou não do trabalho do indivíduo enquanto recluso; pesquisou quanto aos aspectos técnicos e legais do cooperativismo e, por fim, verificou a viabilidade de se buscar a ressocialização e reinserção do egresso do sistema carcerário através do trabalho cooperativo. Teve como problema a seguinte questão norteadora: Seria possível, através da criação de cooperativas de trabalho formadas por egressos do sistema prisional brasileiro, diminuir o índice de reincidência e reinserir os ex-detentos na sociedade, oportunizando lhes um trabalho lícito e, assim, melhores condições de vida? Nesse sentido teve como método de abordagem a pesquisa bibliográfica; como método de procedimento, o monográfico; e como método de pesquisa, a pesquisa indireta (bibliográfica). Através do presente trabalho pode-se perceber que a falta de políticas públicas voltadas a atender os egressos do sistema prisional está intimamente ligada aos altos índices de reincidência vivenciados atualmente. A falência do sistema prisional acarreta na falta de estrutura e de condições mínimas para que os detentos possam exercer um trabalho útil e garantir sua sobrevivência e de seus familiares, o que facilita seu retorno para o cárcere. Além disso, o desemprego é uma constante na sociedade atual, e o fato de carregar o estigma de ex-presidiário dificulta ainda mais a busca por uma chance no mercado de trabalho. Assim, pode se concluir que com a implementação de cooperativas de trabalho o detento poderia encontrar uma forma lícita que garanta a sobrevivência de sua família, podendo até mesmo aprender uma nova profissão, diminuindo assim as chances de reincidência.

EXECUÇÃO PENAL: UMA ANÁLISE SOBRE OS OBJETIVOS E A REALIDADE DO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO SOB A ÓTICA DA DIGNIDADE HUMANA

Henrique Pessotto

Tiago Galli

O trabalho em tela está inserido na linha de pesquisa Perspectivas inovadoras de um direito criminal contemporâneo. A delimitação do tema se refere a um estudo sobre os objetos e a realidade do sistema penitenciário brasileiro sob a ótica da dignidade humana, posto que a Lei n.º 7.210/1984, a qual regulamenta a execução penal brasileira, elenca diversos objetivos que a execução penal almeja, juntamente com demais critérios, tais como os direitos e deveres dos apenados, todavia, considerando a realidade da maioria dos estabelecimentos prisionais do país, observamos a dificuldade do Estado em executar as ordens emanadas pela lei supramencionada. Dessa maneira, o presente trabalho teve como objetivo a realização de um estudo sobre a realidade vivenciada no sistema penitenciário brasileiro, iniciando-se por uma análise da evolução histórica das penas, do direito de punir do estado e dos estabelecimentos penais. Ao depois, realizou-se um estudo sobre as finalidades da execução penal, analisando as principais teorias existentes sobre o assunto em estudo, assim como dos objetivos e finalidades da execução penal brasileira, realizando uma breve análise sobre os direitos e deveres dos apenados elencados no ordenamento jurídico nacional. Também se efetuou um estudo sobre os direitos humanos, realizando um elo desse com o direito penal e o sistema carcerário. Por fim, realizou-se uma abordagem sobre os estabelecimentos penais de acordo com a Lei n.º 7.210/84, verificando-se o tipo de estabelecimento penal adequado para cada regime penal, assim como um estudo da realidade vivenciada na atualidade em nossos estabelecimentos carcerários. Dessa forma, o presente trabalho teve como problemática a seguinte questão: Quais são os objetivos da execução penal elencados na Lei de Execução Penal; esses objetivos, bem como a dignidade da pessoa humana são garantidos durante o cumprimento da execução penal pátria? Por esse viés, utilizou-se como método de abordagem o método dedutivo, partindo de pontos gerais no intuito de se buscar pensamentos específicos; como método de procedimento foi utilizado o método monográfico; e como método de pesquisa, utilizou-se a pesquisa indireta (bibliográfica). Por meio do estudo elaborado, obteve-se como resultado que atualmente há clara inobservância aos direitos inerentes à dignidade da pessoa humana, haja vista que devido a situação de superlotação em que se encontra a maioria dos estabelecimentos penais, somado a falta de investimento por

parte do Estado, podemos observar situações de caos ocorridas dentro das casas prisionais, o que faz com que os direitos humanos fiquem em segundo plano, ocorrendo somente a punição do delinquente, mas não sendo cumprindo o principal objetivo da Lei de Execução Penal, qual seja, a reeducação e ressocialização do apenado.

DIREITO AUTORAL NO RAMO MUSICAL

Henrique Rubin

Thiago Luiz Rigon de Araujo

O trabalho em comento terá como pesquisa o Direito Autoral no ramo musical. Tal pesquisa se fará necessária diante da tecnologia dos dias de hoje, bem como a difusão existente no meio musical das plataformas comunicativas e outras formas de propagação da música como a televisão, internet, aplicativos como Spotify, Netflix. Preocupa-se em analisar as formas legais de proteção do direito autoral de artistas e compositores. Desta feita, buscar-se-á analisar a forma de proteção das obras tendo em vista o meio em que estão inseridas e a preservação dos direitos de seus autores. Consabido é que no mundo existem diversas plataformas digitais para execução musical independente do tipo e ainda mídias de massa Nacional como rádio e TV. Pesquisar-se-á sobre a fragilidade com o controle do Direito Autoral, não podendo o autor ter total autoridade na execução das suas obras, assim como a arrecadação com as mesmas. Serão abordados no trabalho em questão os aspectos gerais do Direito autoral no Brasil e contextos históricos; a atuação do ECAD (Escritório Central de Arrecadação e Distribuição), a constitucionalidade no Direito Autoral e, por fim, o Direito Autoral musical e sua proteção no ordenamento jurídico e social da atualidade. A pesquisa se mostra de grande importância, diante do contexto atual em que o ramo musical está inserido. Assim, buscar-se-á analisar sobre a fragilidade ou segurança quanto às plataformas de músicas e até mesmo a divulgação das obras musicais pela internet e demais meios de propagação e se há segurança jurídica nestes casos, abarcando as questões jurídicas e os direitos autorais dos autores. Necessário se faz ressaltar acerca do desenvolvimento da presente pesquisa, utilizar-se-á o método de abordagem, classificado como dedutivo, o método de procedimento; o qual caracteriza-se como monográfico e, por fim, ressalta-se a utilização da técnica de pesquisa a ser utilizada, qual seja, a pesquisa indireta – bibliográfica e documental.

A COMPROVAÇÃO DOS ELEMENTOS SUBJETIVOS COMO REQUISITO PARA RESPONSABILIZAÇÃO POR ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Irton Levino Rossetto Fucks

Jan Carlos Novakowski

O presente estudo enfatiza analisar da melhor forma possível sobre a necessidade de comprovação dos elementos subjetivos - dolo e a culpa -, na caracterização dos atos de improbidade administrativa, de maneira didática e clara podendo ser instrumento de auxílio a todos os alunos, sejam aqueles que estão ingressando no curso de Direito, como aqueles que já possuem um conhecimento avançado sobre o assunto. Para realizar a produção deste trabalho, como método de abordagem utilizou-se o dedutivo; ademais, como método de procedimento o monográfico; e, por fim, o bibliográfico como método de pesquisa. Inicialmente, o objetivo direcionou-se a identificar além da origem e evolução do Direito Administrativo Brasileiro, verificar quais são as definições atribuídas por diversos estudiosos e doutrinadores na área, passando a analisar a Administração Pública, seja no seu sentido objetivo como no subjetivo, a sua classificação – direta e indireta – e, ainda, os princípios constitucionais expressos basilares. Ademais, a fim de melhor elucidar o problema apresentado por esse trabalho, foi imprescindível analisar a figura da Improbidade Administrativa, apresentando um breve histórico da sua evolução e criação, algumas peculiaridades sobre a Lei n. 8.429/92, os seus sujeitos ativos, as espécies de atos de improbidade e as sanções aplicáveis. Por conseguinte, tratou-se sobre a diferenciação de improbidade administrativa e o crime de responsabilidade, ainda, aprofundou-se sobre o princípio da moralidade e o princípio da insignificância, também conhecido por princípio da bagatela, bem como os elementos subjetivos – dolo e a culpa -. Outrossim, foi abordado a culpa grave e a imprescritibilidade das ações de ressarcimento por ato doloso de improbidade administrativa. A temática apresenta uma enorme relevância social e acadêmica, haja vista a sua grande incidência no país. No entanto, como resultado do presente estudo, pode-se constatar que o requisito dolo vem previsto e defendido pelos artigos 9º e 11º, da Lei n. 8.429/92, mas a caracterização da culpa, a qual está prevista no artigo 10º, não esta sendo totalmente aceita pela doutrina pátria. Dessa forma, conclui-se que a melhor forma para elucidar as dúvidas existentes, seria analisar cada caso em partícula, visando ponderar o ato de improbidade administrativa praticado e a melhor sanção cabível para uma punição adequada, sem que fira os princípios basilares assegurados a todos os indivíduos.

COPARENTALIDADE E SUAS IMPLICAÇÕES JURÍDICAS

Isabel Moura Barretta

Cátia Venina Sanderson da Jornada Fortes

Este trabalho está inserido na linha de pesquisa Estado Constitucional e Cidadania na Sociedade Contemporânea. Tendo como delimitação do tema à possibilidade de realização de negócio jurídico que dispõem sobre a Coparentalidade e suas implicações jurídicas com relação à filiação, visto que são grandes as dúvidas que permeiam no direito de família quando essas novas conjunturas familiares são formadas em nossa sociedade. Para isto, a presente pesquisa teve como objetivo geral verificar como se resolvem as implicações jurídicas acerca da Coparentalidade. Tratou-se no primeiro capítulo a evolução histórica do direito de família, as diversas modificações temporais da família atual, desde as famílias Multiparentais, as relações de parentescos e filiação; pesquisou-se no seguinte capítulo a teoria geral dos contratos bem como seus princípios norteadores, a evolução do instituto do casamento; e por fim o último capítulo pesquisado analisou-se a Coparentalidade, os direitos e deveres familiares irrenunciáveis, o contrato de geração de filhos e a regulamentação jurídica da Coparentalidade. Teve como problema a seguinte questão norteadora: é possível no ordenamento jurídico brasileiro a convenção entre genitores sobre a Coparentalidade para uma eventual filiação? E quais implicações jurídicas? Quanto à metodologia, teve como método de abordagem a pesquisa bibliográfica e jurisprudencial; como método de procedimento, o monográfico; e como método de pesquisa usou-se a pesquisa indireta – bibliográfica e empírica – jurisprudencial. Por ser uma conjunção familiar recente a pesquisa não trouxe dados de jurisprudências específicas do tema, apenas resultados semelhantes. Como resultado a pesquisa abordou situações análogas em que as questões judiciais são as mesmas de casais tradicionais que rompem seus laços matrimoniais e enfrentam discussões e desentendimentos na disputa da guarda e convivência familiar e no sustento dos filhos. Com isso constata-se que o princípio da dignidade da pessoa humana confere ao indivíduo a possibilidade de que ele escolha o formato de família que bem desejar, de acordo com as suas relações afetivas interpessoais, mesmo que elas não estejam previstas em lei.

ANALISE DA SITUAÇÃO CÁRCERÁRIA DA MULHER EM RELAÇÃO AO HABEAS CORPUS Nº143641 E A EFETIVIDADE DOS DIREITOS HUMANOS

Ivone Maríndia Queiroz de Souza

Luiz Felipe Nunes

Esta pesquisa tem como tema central “A decisão do Habeas Corpus coletivo para presas grávidas pelo STF em 2018 e os direitos humanos da mulher encarcerada brasileira”. O objetivo geral foi analisar os argumentos jurídicos levantados pela decisão do Habeas Corpus e seus efeitos, sendo seus objetivos específicos verificar quais foram os argumentos utilizados para fundamentar a decisão do Habeas Corpus, analisar algumas disposições legais acerca da situação jurídica da apenada e apresentar as principais consequências jurídicas da decisão para as presas grávidas. Quanto a sua metodologia, foram usados o método dedutivo, que baseia-se em argumentos gerais para se buscar pensamentos específicos, método monográfico e pesquisa indireta. O resultado mostrou a situação precária e degradante em que está o sistema prisional brasileiro, ficando evidente que não é e nunca será um local com condições adequadas para abrigar apenadas no período gestacional e pós-parto, bem como abrigar filhos recém nascidos e crianças em idades iniciais. Verificou-se que o Habeas Corpus coletivo trouxe uma solução para presas grávidas no que pese ter um tratamento mais humano e adequado, com o direito à prisão domiciliar, tanto para mulher quanto para seu filho, que terá o direito de viver e conviver com sua genitora em um ambiente mais saudável e menos insalubre.

O ATIVISMO JUDICIAL NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E A PROTEÇÃO AO PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA

Izabela Bastos Silva

Gustavo Buzatto

O presente trabalho está inserido na linha de pesquisa Estado constitucional e cidadania na sociedade contemporânea. A delimitação do tema escolhido refere-se ao surgimento do ativismo judicial no Supremo Tribunal Federal e a proteção ao princípio da segurança jurídica, com a finalidade de realizar um estudo sobre a manifestação do instituto do ativismo judicial, demonstrando se a sua utilização se configura como uma inobservância ao princípio da segurança jurídica em duas decisões previamente escolhidas e proferidas pelo Supremo Tribunal Federal. Assim, iniciando-se pela análise da judicialização dos processos, bem como do ativismo judicial, a sua evolução e crescimento na atuação na Suprema Corte brasileira. Logo após, realizar-se-á um estudo sobre o princípio da segurança jurídica em seu âmbito constitucional, sua conceituação, organização e estrutura, demonstrando a importância da sua atuação e utilização pelo Poder Judiciário. Ainda, efetuar-se-á comparações entre os institutos do ativismo judicial e a segurança jurídica, identificando se existe harmonia ou conflito entre os dois. Ao final, serão trazidos os elementos entendidos como dimensões do ativismo judicial, sendo tratadas três dimensões especiais, para após, realizar uma análise exemplificativa de duas decisões do Supremo Tribunal Federal, no intuito de demonstrar uma manifestação ou não de um agir ativista, bem como, a observância ou violação do princípio da segurança jurídica. Dessa maneira, o trabalho teve como problemática a seguinte questão: O surgimento e a utilização do instituto ativismo judicial verificada nos julgamentos do Supremo Tribunal Federal está de acordo ou viola o princípio da segurança jurídica? Por esse motivo, para se alcançar os objetivos pretendidos, será utilizado como método de abordagem, o dedutivo, baseando-se em argumentos gerais para buscar pensamentos que sejam específicos. O método de procedimento foi o método monográfico, e como método de pesquisa, a pesquisa indireta e a pesquisa jurisprudencial do ano de 2012 a 2015. Por meio de todo o estudo e pesquisa elaborados, chegou-se ao resultado que se depende do caso concreto em questão. Na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.277/DF, concluiu-se que houve uma interpretação segura e conforme a Constituição Federal, de modo que ao incluir os homossexuais, legitimados da ação, a autorização concedida pelo Poder Judiciário através da equiparação do casamento entre casais homossexuais e heterossexuais, utilizou-se com cautela e

precisão do instituto do ativismo judicial, preservando o princípio da segurança jurídica. Do contrário, Na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 54, ocorreu uma violação ao princípio da segurança jurídica através da utilização do ativismo judicial, pois houve o desrespeito a deferência entre os três poderes, bem como um agir maior que uma mera interpretação da Constituição Federal, modificando por meio do Poder Judiciário algo que não lhe é legítimo.

DIREITOS HUMANOS NA CONCEPÇÃO WARATIANA

Jacó Ziech

Jean Mauro Menuzzi

Ao desenvolver estudo acerca da Concepção de Direitos Humanos sob a perspectiva Waratiana, o presente trabalho de Conclusão de Curso versa sobre a importância de repensar o direito a fim de superar os dogmas jurídicos que foram impostos a sociedade ao longo dos anos, apresentando uma visão sobre direitos humanos baseada na sensibilidade do aplicador do Direito. Para a realização do mesmo, utilizou-se o método dedutivo como método de abordagem, o método monográfico como método de procedimento e a pesquisa indireta - bibliográfica como técnica de pesquisa. Preliminarmente o foco desse estudo bibliográfico foi direcionado, realizou-se uma análise quanto ao princípio da dignidade da pessoa humana – princípio basilar dos direitos fundamentais – perpassando para a conceituação dos direitos humanos e garantias fundamentais e alguns esclarecimentos referentes à concepção geracional e dimensional dos mesmos. A partir daí foi abordado sobre o processo de construção histórica dos direitos humanos, desde o seu surgimento até os dias atuais, tratando também das formas pelas quais os direitos e garantias fundamentais foram sendo conquistados pelos indivíduos. Posteriormente, abordou-se sobre a corrente doutrinária do Positivismo Jurídico, desde o momento em que o Direito Natural foi perdendo espaço para o Direito Positivo, indicando as causas pelas quais houve o declínio dessa corrente de pensamento e a necessidade de superar o Positivismo pela proposta da filosofia da linguagem Waratiana, que traz uma nova forma de pensar o direito, com o viés da sensibilidade, de um direito mais humanizado, como forma de superar o dogmatismo jurídico. Concluindo esta pesquisa bibliográfica, aprofundou-se o estudo sobre a concepção de direitos humanos sob a perspectiva de Luis Alberto Warat, apresentando a sensibilidade como forma de refundar o dogmatismo jurídico existente, visando à aplicação mais justa do Direito. Ademais, foram analisadas também algumas considerações sobre a política, a democracia e o espaço do indivíduo no mundo político. Para finalmente destacar a sua posição favorável ao estado democrático de direito, por se tratar de uma forma de poder que possibilita o respeito às diferenças e abordando sobre o seu pensamento inovador quanto ao tema, diferenciando-o dos demais pensadores do direito.

REFLEXÕES SOBRE A DISCRIMINAÇÃO SOCIAL DAS IDENTIDADES HOMOSSEXUAIS E A VIOLAÇÃO A DIREITOS HUMANOS FUNDAMENTAIS

Jaqueline kereski
Aline Ferrari Caeran

Esta monografia foi desenvolvida para se fazer algumas reflexões sobre a discriminação social das identidades homossexuais e a violação a direitos humanos fundamentais que os atos discriminatórios acarretam. Os objetivos consistem em: analisar a concepção histórica da discriminação social das identidades homossexuais; conceituar as identidades de gênero, identidade de sexo e refletir sobre a discriminação e construção sociocultural das identidades homossexuais e a violação dos direitos humanos e fundamentais. Em nossa sociedade moderna ainda há resquícios de imposições que eram realizadas no passado, sendo a heterossexualidade considerada como o padrão a ser seguido. Os homossexuais em razão de não seguir este padrão acabam sendo vítimas de atos discriminatórios e isso viola o direito que todos possuímos de ser tratados como iguais, de termos nossas diferenças respeitadas e de não ser atingidos em nossa dignidade em razão da orientação sexual ou qualquer outra característica que possa vir a ser objeto de preconceito. A realização de atos de preconceito contra alguns grupos é algo cultural, mas a cultura pode ser mudada principalmente se for para proteger direitos de pessoas que não fizeram nada de mal para a sociedade, apenas amam, querem se relacionar e constituir uma família com pessoas que possuem o mesmo sexo que elas. A metodologia utilizada para se obter tais resultados consistiu na realização de pesquisa bibliográfica em que se realizou a leitura de textos relacionados aos assuntos que estavam sendo pesquisados.

TRIBUTAÇÃO EM CANAL DE STREAMING

Joao Guilherme Sganzerla Melotto Mendes

Jan Carlos Novakowski

O presente trabalho tem por objetivo, esclarecer fatos a respeito da legalidade do imposto ISS em canais de streaming, tema este que é muito controverso ao passo que diferentes países adotaram parâmetros diferentes de tributação do tal imposto, ressaltando assim a importância deste tema no mundo jurídico e social, pois estudantes universitários usam este tema como trabalho de conclusão de curso de suas faculdades, ao mesmo tempo em que é um assunto muito debatido no âmbito político, por causa da legalidade desta incidência de ISS em canais de Streaming, haja vista algumas correntes se manifestarem contra a incidência deste imposto e outras a favor. Foi usado neste trabalho o método dedutivo, onde o conteúdo relatado foi embasado na atual legislação brasileira, com leituras aprofundadas na LC 116/2003 e na LC 157/2016, onde as mesmas serviram de parâmetro para alguns argumentos estabelecidos no trabalho de conclusão de curso, assim como a pesquisa indireta bibliográfica do Bergamini de 2017, sendo este considerado um grande autor no ramo tributário brasileiro, da mesma forma que a sua obra foi de suma importância para a elaboração do presente trabalho. No tocante a conclusão do trabalho, chegou – se no resultado de que a incidência do imposto ISS é legal no ordenamento jurídico brasileiro, haja vista já ter jurisprudências que confirmam a sua legalidade, assim como legisladores influentes no âmbito nacional confirmam a sua extrema legalidade.

DIREITOS HUMANOS PARA QUE? E PARA QUEM?

Jonatas Wellington de Castro Vieira

Pablo Henrique Caovilla Kuhnen

O presente trabalho está inserido na linha de pesquisa Estado Constitucional e Cidadania na Sociedade Contemporânea. A delimitação do tema diz respeito à efetividade dos direitos humanos bem como sua verdadeira função dentro da sociedade que pré-julga este direito. Para tanto, o trabalho teve como objetivo os princípios históricos, as funções e efetividade dos direitos humanos; a análise dos princípios fundamentais contidos na constituição federal; examinando quais são as destinações destes bem como o amparo à sociedade demonstrando que este visa defender os interesses de todas as pessoas humanas sejam elas boas ou ruins. Sendo assim a presente pesquisa teve como problema a seguinte questão norteadora: Direitos humanos para que e para quem? Nesse aspecto, teve como método de abordagem a pesquisa bibliográfica; como método de procedimento, o monográfico; e como método de pesquisa, a pesquisa indireta (bibliográfica). Através do estudo realizado, o presente trabalho trouxe como resultado os direitos humanos são fundamentais dentro de nosso ordenamento jurídico sendo que nosso bem-estar é regido pelos princípios fundamentais dos direitos humanos. Assim os direitos humanos não são apenas defensores dos que estão “errados”, mas sim da sociedade como um todo. Ademais, os direitos humanos se destinam a proteção das pessoas em estado de vulnerabilidade perante o estado lhes proporcionando direitos iguais afim de formar uma sociedade mais harmônica e social garantindo a liberdade, seguridade e o bem-estar da sociedade.

A PROTEÇÃO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL NAS UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS: A QUESTÃO DOS CONTRATOS DE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA

José Victor Roani

Thiago Luiz Rigon de Araújo

O presente trabalho está inserido na linha de pesquisa Estado constitucional e cidadania na sociedade contemporânea, e têm como objetivo analisar os princípios fundamentais da propriedade intelectual, e a questão que envolve as proteções nos contratos de transferência de tecnologia nas universidades comunitárias. Assim, será proposto um estudo através do método dedutivo de abordagem, iniciando-se o primeiro capítulo com base em argumentos gerais e históricos da propriedade intelectual, para se buscar resultados específicos quanto à possibilidade de exploração econômica e tecnológica através dos contratos de pesquisa, abordando também, no segundo capítulo, as características de maior importância destes tipos contratuais, até a distinção entre as características das instituições de ensino superior, sendo utilizado também o método monográfico como método de procedimento, e da pesquisa bibliográfica como técnica de pesquisa. Com base na delimitação do objeto, problematizou-se a pesquisa considerando o novo panorama de inovação tecnológica em que se encontram as instituições de ensino superior que já desenvolvem algum tipo de pesquisa, buscando no terceiro capítulo responder quais seriam as formas de exploração dos resultados destas pesquisas realizadas nas esferas destas instituições. Portanto, quanto ao ponto principal do presente trabalho, concluiu-se, através da pesquisa realizada, que as Instituições de Ensino Superior Comunitárias têm como objetivo fundamental realizar a divulgação dos seus conhecimentos gerados, bem como criados através de pesquisas científicas, dedicando-se assim de tal forma a compartilhar com a sociedade, comunidade e empresas desses setores através de extensões, as quais irão gerar de alguma forma um retorno esperado, podendo gerar novos conhecimentos, um maior desenvolvimento, bem como uma ampla divulgação da instituição de ensino superior que fará parte do contrato de pesquisa. Assim, conclui-se que os resultados das pesquisas podem ser explorados economicamente pelas instituições de ensino superior, todavia, o proveito da Universidade irá depender da regulamentação que será adotada por ela, dependendo de uma análise específica do regulamento de cada instituição de ensino superior comunitária.

OS REFLEXOS CIVIS DO RECONHECIMENTO DA PATERNIDADE AFETIVA *POST MORTEM*

Julia Paulus Covaleski

Patricia Luzia Stieven

O presente trabalho teve como escopo primordial verificar a possibilidade de reconhecimento da paternidade afetiva *post mortem* e os efeitos jurídicos pertinentes ao seu reconhecimento. Para alcançar os objetivos traçados, o estudo realizou-se mediante pesquisas doutrinárias e jurisprudenciais, utilizando o método dedutivo. A pesquisa deu enfoque, ainda, a evolução legislativa no tocante a configuração do instituto da filiação, abordando o tratamento civil-constitucional agora atribuído aos filhos e trazendo à tona as modificações em razão da nova organização da estrutura familiar, onde cada indivíduo que compõe tal núcleo apresenta seu valor intrínseco. Registre-se que, muito embora não haja em nosso atual ordenamento jurídico definições legais que deliberem acerca da paternidade afetiva e, tampouco do expressivo princípio da afetividade, pois, muito embora desprovidos de legislação expressa que resguardem sua aplicabilidade, tais institutos, por força de demais princípios constitucionais, primordialmente o princípio da dignidade humana, apresentam efeitos perante as novas relações sociais, não podendo mais ser ignorados. De tal modo, a evolução legislativa acerca da filiação, as provas para seu reconhecimento, a aplicabilidade do princípio da afetividade em face das novas relações familiares, o instituto da filiação socioafetiva e sua repercussão jurídica, foram alguns tópicos abordados na presente monografia. Outrossim, foram analisados a possibilidade do reconhecimento da paternidade afetiva *post mortem* e as consequências gerados no mundo jurídico.

TRANSEXUALIDADE, BIODIREITO E DIREITO DE FAMÍLIA: A NECESSIDADE DE VALORIZAÇÃO DA AUTONOMIA PRIVADA

Keli Sponchiado
Patricia Luzia Stieven

O presente trabalho está inserido na linha de pesquisa Estado Constitucional e cidadania na sociedade contemporânea. A delimitação do tema diz respeito à Transexualidade, biodireito e direito de família: a necessidade de valorização da autonomia privada, visto que, o ordenamento brasileiro é omissivo em relação à autonomia privada dos transexuais. Para tanto, o presente trabalho teve como objetivo analisar quais são os reflexos no direito da personalidade dos transexuais no que se refere à autonomia privada, analisando o direito de personalidade, explorando seu histórico, bem como conceito, características e proteção, também verificou a influência do biodireito na proteção dos direitos dos transexuais e por fim examinou as questões controversas sobre a filiação e o direito a autonomia privada dos transexuais. Teve como problema a seguinte questão norteadora: A alteração de gênero no Registro Civil pelo transexual acarreta a modificação jurídica paterno-filial ou materno-filial? Nesse sentido teve como método de abordagem a pesquisa sob o método dedutivo, como método de procedimento, o monográfico; e como métodos de pesquisa, a pesquisa indireta (bibliográfica). Através da análise monográfica e bibliográfica o trabalho trouxe a possibilidade dos transexuais registrarem os filhos, tendo em vista, o sexo que se identificam, sejam transexuais homens (pai) ou transexuais mulheres (mãe), desde que já tenham em mãos seus documentos alterados.

INQUÉRITO POLICIAL E A INFILTRAÇÃO POLICIAL: O CRIME ORGANIZADO E A RESPONSABILIDADE PENAL DO AGENTE INFILTRADO

Larissa Bonatti

Jean Mauro Menuzzi

O presente trabalho tem como intuito o estudo e a análise da entidade da infiltração policial no âmbito das organizações criminosas, seu método de investigação e obtenção de provas, dando uma atenção acerca do inquérito policial, e suas peculiares formas de arquivamento e meios de dar o devido prosseguimento. Na atualidade, o Brasil possui a lei que refere sobre as diretrizes a serem desenvolvidas para a aplicação deste mecanismo de investigação, a Lei nº 12.850 de 2013. Para obter um melhor esclarecimento, resta investigada inicialmente, o avanço normativo que resultou a concepção do conceito e do tipo legal da organização criminosa, averiguando os tópicos especulativos de cada uma das regras que dispõem quanto ao tema. No segundo momento, é discorrido acerca do instituto da infiltração policial como uma forma de eliminação e coibição da criminalidade organizada, inserido a sua descrição legal, condições para o consentimento da medida. E por último, serão examinadas questões exclusivas do agente policial no momento da infiltração, como a hipótese de cometimento de práticas consideradas delitivas no desenvolver da infiltração, e, também, a possibilidade de ser responsabilizado penalmente em caso de cometer um crime no decurso da investigação policial.

FORMAS ALTERNATIVAS DE RESOLUÇÃO DOS CONFLITOS PENAIS: JUSTIÇA TERAPÊUTICA, RESTAURATIVA E JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

Larissa Campagnolo

Daniel Pulcherio Fensterseifer

presente trabalho é um estudo voltado para a análise de três formas alternativas de resolução dos conflitos penais desde a perspectiva da *Therapeutic Jurisprudence*, estando inserido na linha de pesquisa “Abordagens terapêuticas sobre o Direito e sua aplicação”. O estudo teve como objetivo analisar como – e se – os Juizados Especiais Criminais, a Justiça Terapêutica e a Justiça Restaurativa podem auxiliar o direito penal e o infrator na sua condição psicossocial, realizando-se aportes conceituais, históricos e práticos de tais formas de resolução de conflitos, sendo estes, posteriormente, analisadas sob o crivo da doutrina da *Therapeutic Jurisprudence*. A pesquisa teve como problema a seguinte questão norteadora: Como as formas alternativas de resolução dos conflitos podem auxiliar o direito penal e o infrator na sua condição psicossocial? Para superar tal questionamento, optou-se pelo método de abordagem dedutivo, método de procedimento monográfico e, método de pesquisa indireto (bibliográfico). A partir da pesquisa, foi possível verificar que a *Therapeutic Jurisprudence*, analisa como a lei pode ser aplicada de uma forma terapêutica, ou seja, de forma a trazer menos consequências negativas ao sujeito e sua condição psicossocial. Neste sentido, constatou-se que a Justiça Terapêutica, Restaurativa e Juizados Especiais Criminais podem ser ferramentas de grande valia na resolução de conflitos penais, uma vez que os mesmos possuem um método mais humanizado e menos mecânico na aplicação do Direito, sendo que suas práticas podem trazer grandes benefícios ao sujeito que se submete àqueles procedimentos.

FEMINICÍDIO: UMA ANÁLISE SOBRE A PASSIONALIDADE DESTA QUALIFICADORA

Larissa guth

Tiago Galli

O presente trabalho busca analisar a relação entre a passionalidade e a qualificadora feminicídio, que trata-se de matar a mulher em razão do gênero, visto que os crimes contra as mulheres encontram-se de forma presente em todo o meio social. Para tal, o presente trabalho tem como objetivo geral verificar a correlação entre a qualificadora do homicídio o “feminicídio” e a passionalidade, com vista à analisar se a passionalidade é característica presente nesta qualificadora. Para isso, foi necessário compreender como eram as teses de defesa utilizadas no plenário para com os criminosos passionais e ainda, como a mulher era e é vista no meio social. Desta forma, é possível compreender acerca da possessividade/superioridade dos homens no tratamento para com as mesmas, que de modo geral, são subordinas a eles. Bem como fazer uma análise do artigo 121 e incisos que transcorrem sobre o homicídio, suas privilegiadoras e qualificadoras, em especial, a qualificadora feminicídio que entrou em vigor com a Lei número 13.104/2015 e a importância que essa norma teve no cenário das desigualdades de gênero. O método utilizado para a realização do trabalho foi o dedutivo, com a finalidade da busca de pensamentos científicos, bem como, monográfico e bibliográfico, tais como: livros e artigos sobre o referido tema. Deste modo, o resultado final toma por base a possibilidade ou não do feminicídio ser passional e ainda, como é recepcionada a questão no ordenamento jurídico vigente.

A JUDICIALIZAÇÃO COMO FORMA DE VIABILIZAÇÃO DO ACESSO A EDUCAÇÃO: O DIREITO EDUCATIVO EM QUESTÃO.

Larissa Dal Piva Piaia

Luci Mary Duso Pacheco

O presente trabalho está inserido na linha de pesquisa Processo de docência e emancipação-RIEDEDE Rede Iberoamericana de Estudo em Docência Emancipação e Direito Educativo. A delimitação do tema se refere A judicialização como forma de viabilização do acesso a educação: o direito educativo em questão, tendo em vista que cada vez mais torna-se necessário a judicialização para viabilizar o acesso a educação de direito a todo cidadão. Dessa forma, os objetivos escolhidos para uma boa elaboração do atual trabalho foram de modo geral identificar a judicialização como caminho opcional para que seja assegurado o acesso a educação e como o mesmo pode viabilizar o direito educativo. O problema que alavancou o trabalho foi a judicialização como um caminho alternativo para que seja assegurado o acesso a educação, podendo ser viabilizado o direito a educação para sujeito assegurado. Neste sentido, a metodologia de abordagem baseia-se em argumentos gerais para se buscar pensamentos específicos, fundamentando-se na dedução devido a relação lógica para validar as conclusões; como método de procedimento monográfico; e como métodos de pesquisa a pesquisa indireta(bibliográfica) e a pesquisa empírica(jurisprudencial), Que ao tratar no segundo capítulo da judicialização da educação como forma de viabilização da educação, o presente trabalho trouxe como vários resultado do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, onde foram abrangidos três temas para pesquisa jurisprudencial, primeira tema pesquisado foi falta de monitores para crianças portadoras de necessidades especiais; segundo tema ausência de requisito etário e o terceiro tema falta de vagas escolares.

**DO CONTEXTO HISTÓRICO, SOCIOLÓGICO E FILOSÓFICO DA
IMPLEMENTAÇÃO DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS E
SUA FUNÇÃO NO REGIME DEMOCRÁTICO COMO PRINCIPAL MEIO
PACIFICADOR DE CONFLITOS SOCIAIS E A INFLUÊNCIA DE REGIMES
ANTECESSORES NA FORMAÇÃO DA DEMOCRACIA BRASILEIRA:
CONEXÃO ENTRE IDEOLOGIA E REALIDADE, PASSADO E PRESENTE.**

Leonardo Waskiewicz

Jan Carlos Novakowski

O presente trabalho está inserido na linha de pesquisa Estado Constitucional e Cidadania na Sociedade Contemporânea. A delimitação do tema diz respeito a analisar o contexto histórico revolucionário como fonte do pensamento filosófico que por sua vez se torna motor de novas revoluções e regimes políticos com o fim de garantir ou suprimir direitos. Para tanto o presente trabalho teve como objetivo estudar o movimento histórico e filosófico como instrumento de propulsão da busca pela implantação de direitos e garantias fundamentais ao homem, analisando a sua evolução histórica e sua efetividade em relação com a Constituição Federal brasileira de 1988 e com o mundo. Inicialmente, o foco deste estudo bibliográfico foi direcionado para as revoltas que são consideradas como basilares para o desenvolvimento do pensamento contratualista, demonstrando a realidade e a situação em que vivia a sociedade inglesa e francesa desde o século XVI até o século XVIII, para que assim seja possível compreender a conceituação de estado de natureza, que nada mais é que repensar a forma em que vivia o homem antes de firmar pacto social e assim aderir à sociedade civil, concedendo-os direitos basilares em sua plenitude, a exemplo do direito liberdade e a igualdade plena. Ressalta-se a importância deste hipotético estado natural para explicar a origem da sociedade contemporânea, a partir da perspectiva de filósofos que viveram em épocas de revoltas e revoluções sanguinárias, onde os principais valores de uma sociedade eram tratados como irrelevantes em razão do desenvolvimento Industrial, sem a existência de direitos e garantias mínimas as pessoas. Posteriormente será analisado a forma de criação conceituação de Estado seguindo a perspectiva filosófica, analisando os principais modelos e características de Estado para cada pensador contratualista, abordando sequencialmente a definição de direitos e garantias individuais e coletivas para o homem enquanto ser integrante de uma sociedade civil, assim como sua inclusão na Constituição Federal brasileira de 1988. Finalizando a pesquisa com uma análise quanto a

regimes posteriores às revoluções e examinando seus ideais e a consequências prática de sua aplicação na sociedade. Teve como problema a seguinte questão norteadora: Qual a origem e o fundamento dos direitos e garantias fundamentais do homem no Estado Social? Nesse sentido, teve como método de abordagem a pesquisa bibliográfica; como método de procedimento, o monográfico; e como métodos de pesquisa, a pesquisa indireta (bibliográfica). Através da análise foi possível constatar que a constituição de direitos concede ao homem um certo grau de segurança, liberdade e igualdade, mas não pode impedir que novas catástrofes ocorram com o decorrer dos tempos.

O INFANTICÍDIO INDÍGENA SOB A ÓTICA DOS DIREITOS HUMANOS E ASPECTOS CULTURAIS

Luana Freo Minetto

Aline Ferrari Caeran

Este trabalho de conclusão de curso foi desenvolvido com a intenção de se verificar se a realização do infanticídio indígena consiste em uma prática que pode ser considerada cultural ou representa uma violação dos direitos humanos. Os objetivos são: investigar o infanticídio indígena. Estudar os direitos humanos com destaque para as teorias do relativismo e do universalismo. Relacionar os direitos humanos, principalmente com relação a dignidade e o direito à vida com o infanticídio indígena e apontar a (im)possibilidade do Estado intervir para impedir a realização desta prática. Ao se adotar a teoria do relativismo cultural com relação aos direitos humanos corre-se o risco de se permitir que atrocidades sejam cometidas em nome da preservação dos direitos culturais. A realização do infanticídio consiste em uma grave violação dos direitos humanos que ainda ocorre em diversas tribos brasileiras, restringindo a criança em seu direito a vida e em sua dignidade, transformando-a em mero objeto. Com esta posição considera-se que os direitos humanos são universais e que a vida e a dignidade devem prevalecer com relação a cultura. Esta que por ser dinâmica pode ser modificada sem que isso consista na desconstituição da identidade do índio e de sua tribo. Deve o Estado intervir para preservar a vida das crianças indígenas através da realização do diálogo e da conscientização dos povos indígenas. A metodologia corresponderá ao uso do método dedutivo, do método de abordagem e da realização de pesquisa bibliográfica.

A IMPOSSIBILIDADE DE DESCONSTITUIR A PATERNIDADE SOCIOAFETIVA

Luana Caroline Telles

Renata Egert.

A atual pesquisa teve como objetivo geral verificar os aspectos de família e demonstrar a evoluções e transformações obtidas no decorrer dos séculos, analisando os modelos de reconhecimento de filiações e demonstrando as espécies de paternidade que existem no nosso direito de família contemporâneo, destacando ainda a prevalência da paternidade socioafetiva e sua impossibilidade de desconstituir posteriormente. Tratou-se no primeiro Capítulo toda a parte histórica, apresentando as mudanças do modelo e reconhecimento da família em comparação com o Código Civil antigo para o atual, no segundo capítulo investigou-se os modelos de filiação, a presunção de paternidade e as formas de reconhecimento dos filhos, e por fim no terceiro Capítulo foi pesquisado acerca do princípio da afetividade, o qual tem extrema influência na paternidade socioafetiva, analisando a paternidade biológica e a socioafetiva e destacando a prevalência da paternidade socioafetiva e sua impossibilidade de desconstituir o vínculo dessa relação posteriormente, e confirmando o estudo com entendimentos jurisprudenciais. Diante da problemática apresentada no projeto que foi analisar se existe a possibilidade no Brasil de desconstituir a relação de paternidade socioafetiva resultou na verificação de que o vínculo é impossível de se desconstituir à menos que haja vício ou erro no momento do registro, mas que na doutrina a corrente majoritária opta pela não desconstituição da paternidade socioafetiva, sendo ela um vínculo maior que o vínculo biológico. Para este trabalho foi utilizado a metodologia de pesquisa bibliográfica e jurisprudencial, o método de procedimento monográfico, com o método de abordagem dedutivo, baseou-se na linha de pesquisa Estado Constitucional e Cidadania na Sociedade. Tendo como delimitação do tema a paternidade socioafetiva no Direito de família brasileiro, tendo em vista que esse é um assunto recente e que ainda gera muitas dúvidas em relações a outros tipos de filiações.

O SIGILO NO INQUÉRITO POLICIAL

Lucas Kerber

Jean Menuzzi

Este trabalho tem por objetivo identificar posicionamentos e argumentos doutrinários e jurisprudenciais, fixando teses favoráveis e contrárias à manutenção da qualidade do sigilo para a construção do Inquérito Policial. Assim, é necessário examinar os princípios processuais penais conjuntamente para que garantindo a eficácia destes se possam assegurar os direitos fundamentais. O princípio da publicidade não coaduna com a investigação criminal, a qual precisa averiguar detalhadamente os fatos, evitando persecuções levianas e infundadas, adquiridas por provas ineficazes e incoerentes. Por isso a importância do sigilo nas investigações policiais de repercussão geral, o qual preservará a intimidade do indiciado e do ofendido. Todavia, em alguns casos o sigilo sofre limitações, situações estas, em que são imprescindíveis informações de terceiros, para elucidar o delito perpetrado. Mas a real essência do Estado de Direito, é encontrar meios de garantir plenamente a dignidade da pessoa humana, resguardando seu estado de inocência. É fundamental também, resguardar as garantias constitucionais que devam ser observadas na constância da persecução criminal. A sociedade se encaminha para uma evolução jurídica, aprimorando a eficácia normativa, conhecendo as reais demandas existentes no Inquérito Policial, para que somente desse modo, estabeleça condutas adequadas e justas que a sociedade necessita .

TRANSTORNOS DE PERSONALIDADE ANTISSOCIAL NA PRÁTICA DE CONDUITAS TIPIFICADAS: REFLEXÕES SOBRE AS SANÇÕES APLICADAS

Maicon Ismael dos Santos

Aline Ferrari Caeran

O termo psicopatia, atualmente usado como transtorno de personalidade antissocial, geralmente é associado de forma equivocada a indivíduos que apresentam alto grau de periculosidade, também, associado a assassinos seriais, popularmente conhecidos como *serial Killers*. Entretanto, o transtorno de personalidade antissocial, não é diagnóstico exclusivo de agentes criminosos, podendo ser verificado inclusive em indivíduos que ocupam elevados cargos, na política, em multinacionais, etc. O que se denota é que, quando, o agente criminoso apresenta o transtorno de personalidade antissocial, pode apresentar “anormais” índices de violência e crueldade. O assunto em questão concentra a problemática acerca da ineficácia das sanções aplicadas aos agentes diagnosticados com estes transtornos, seja pelo fato de não haver uma cura evidenciada pela ciência ou comprovada através da aplicação de medida de segurança, seja pela ineficácia da aplicação de pena, quando na redução da pena considere o magistrado como meio mais alternativo a ser aplicado. Assim, considerando, o questionamento manifesto é se efetivamente o Direito Penal consegue dar uma resposta adequada aos casos de agentes diagnosticados com transtornos de personalidade antissocial, quando praticam condutas tipificadas. Assunto que também merece destaque é a falta de previsão quanto ao tempo que deve o agente se submeter à medida de segurança, limitando-se o legislador a prever a sanção pelo tempo que o agente apresente periculosidade, e com a cessação, cesse também a punição. Como a teoria utilizada no Brasil, é a Tripartite, a qual conceitua crime como fato típico, ilícito e culpável, para o agente ser considerado culpável é necessária a presença do quesito da imputabilidade, como os agentes com transtornos de personalidade antissocial são considerados semi-imputáveis, se concentram como um “meio termo” e apenas tem a culpabilidade reduzida, cabendo neste ponto, ou a redução da pena de 1/3 a 2/3 ou a aplicação de medida de segurança, caso o agente venha a cometer algum fato tipificado. Por se tratar de um transtorno sem um tratamento que evidencie uma cura ou que comprovadamente resulte em melhoras no estado do agente, tanto a medida de segurança, quanto a redução de pena se mostram sanções ineficazes para estes casos. Assim, colocar estes agentes em contato direto com criminosos comuns se mostra de certa forma perigoso, uma vez que são indivíduos com alta capacidade de manipulação, e, submeter a uma medida de segurança, seja por meio de tratamento ambulatorial, ou internação, também é ineficiente, devido a falta de um tratamento que resulte em melhoras no estado mental do agente.

RACISMO E INJÚRIA RACIAL NO BRASIL

Manoeli Peruzzo

Olivério de Vargas Rosado

O racismo no Brasil começou no ano de 1530, nos quais os navios negreiros chegavam ao Brasil repletos de caboclos que se submetiam a trabalho escravo. Mesmo passado anos a desigualdade racial ainda está muito presente no nosso dia-a-dia. Vastamente divulgado por veículos de comunicação e redes sócias, o racismo ainda está presente na história da humanidade. Não sendo raro que cidadãos sofrem este preconceito do cabelo, religião, cor da pele e outras características pessoais. Muitos são os casos de agressões, onde chega a levar até a morte ou por outras são proibidas de frequentar certos lugares. Atualmente nossa legislação assegura os direitos aos que sofrem de racismo e injúria racial, dispomos do art. 5º, XLII da CF onde o racismo é considerado crime inafiançável e imprescritível. Também há a Lei Nº 7.716/89 que define os crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor. É importante frisar que, embora pareçam intimamente ligados, os conceitos jurídicos de injúria racial e racismo são diferentes. Numa conceituação simples, injúria racial consiste em ofender a honra de alguém se valendo de elementos referentes à sua raça, cor, religião, etnia, origem ou condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência. O crime de injúria, portanto, está associado ao uso de palavras depreciativas referentes à raça ou cor com a intenção de ofender a honra de uma pessoa determinada, que se traduz numa atribuição negativa a uma pessoa e que venha a ofender a sua honra e sua autoestima. O crime está previsto no artigo 140, parágrafo 3º, do Código Penal, prevendo pena de reclusão de um a três anos e multa, além da pena correspondente à violência que for cometida. A prescrição ocorre em oito anos e se dá se nesse prazo não houver sentença transitada em julgado. Já o crime de racismo, previsto na Lei nº 7.716/89 e considerado inafiançável e imprescritível pela Constituição Federal, implicando uma conduta discriminatória dirigida a determinado grupo ou coletividade, geralmente referindo-se a crimes mais amplos. São considerados como atos de racismo: recusar ou impedir acesso a estabelecimento comercial, negar ou obstar emprego em empresa privada, impedir o acesso às entradas sociais em edifícios públicos ou residenciais, entre outros.

DIREITOS HUMANOS: UM DIÁLOGO INTERCULTURAL

Maria Helena Boligon

O presente trabalho está inserido na linha de pesquisa Estado Constitucional e Cidadania na Sociedade Contemporânea. A delimitação do tema diz respeito aos Direitos Humanos a luz a Interculturalidade, visto que em tempos de ódio e preconceito, é necessário que se discuta a cerca das diversidades culturais e do respeito a pensamentos e culturas diversas. Para tanto o presente trabalho teve como objetivo estudar os Direitos Humanos enquanto instrumento de proteção dos minorias, analisando a evolução histórica desse instituto jurídico, seus princípios, as lutas históricas de todos os povos para a garantia do mínimo de dignidade humana para todos, bem como analisou a cerca da necessidade de diálogo intercultural e o mínimo para garantir o respeito e tolerância, ainda, pesquisou a cerca a educação como forma de disseminar a paz, por fim, verificou a validade dos guiões emancipatórios, dialética universal e relativista: Nesse sentido, teve como método de abordagem a pesquisa bibliográfica; como método de procedimento, o monográfico; e como métodos de pesquisa, a pesquisa indireta (bibliográfica). Através da análise bibliográfica, o presente trabalho trouxe como resultado o fato de que os direitos humanos não são universais e sim relativistas, haja vista que não se pode impor as diferentes culturas o imperialismo ocidental. Não podemos, de forma alguma sobrepor uma cultura a outra, mas devemos respeitá-las. Ainda, em que pese, o respeito a todas as culturas, tem-se um mínimo a ser levado em consideração, para não dar margem ao desrespeito dos direitos humanos e deixar que cada grupo social governe como quiser. Portanto, os direitos humanos seriam uma mesclagem entre universalismo e relativismo.

CUMPRIMENTO DE PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR DEFICIENTE FÍSICO

Mariane Gonçalves da Silva

Mateus da Jornada Fortes

O presente trabalho está inserido nas perspectivas de um direito criminal contemporâneo. Tem como delimitação do tema a execução penal e os direitos e garantias fundamentais da pessoa humana no cumprimento da pena privativa de liberdade no âmbito da pessoa com deficiência física diante do poder punitivo do Estado e a precariedade do sistema prisional. Examina-se a evidente omissão na Lei de Execução Penal no que tange ao tratamento da pessoa com deficiência física e o descumprimento das premissas dispostas no Estatuto da Pessoa com Deficiência, denunciando a falta de cuidado estatal com estes apenados. A presente pesquisa busca uma reflexão sobre o tratamento do Estado frente ao preso com deficiência, pesquisando a evolução histórica das penas e da execução penal, os direitos e garantias do deficiente físico e como é possível resolver os problemas de adaptação e ressocialização deste apenado. O método utilizado para a realização do trabalho foi o dedutivo, além da técnica de pesquisa bibliográfica, tais como, livros e artigos, científicos e não científicos, da doutrina nacional sobre o tema. Dessa forma, o resultado baseia-se na viabilidade de proporcionar condições de acessibilidade à pessoa com deficiência física dentro do estabelecimento prisional, afim de que, se cumpra sua função ressocializadora. Por fim, analisa-se decisões jurisprudenciais que concedem a prisão domiciliar, assim como, outras em sentido contrário, o que revela a urgência de uma solução para melhorar o contexto de cumprimento de pena por pessoas com deficiência física, primando pela valorização da pessoa humana em sua amplitude de direitos e deveres.

A CONFIGURAÇÃO DA UNIÃO ESTÁVEL E DO NAMORO QUALIFICADO SOB A LÓGICA SUBJETIVA

Marleane Florêncio de Oliveira

Cátia Venina Sanderson da Jornada Fortes

O presente trabalho monográfico está inserido na linha de pesquisa Estado Constitucional e Cidadania na Sociedade Contemporânea. A delimitação do tema trata a respeito da subjetividade dos requisitos caracterizadores da união estável e do namoro qualificado, visto que existem muitas confusões entre ambos os institutos, especialmente porque as relações atuais tem se modificado, havendo, portanto, semelhanças que provocam tais imprecisões. Para tanto, esse trabalho teve como objetivo geral estudar os pressupostos que diferenciam a união estável do namoro qualificado, compilando-os de forma que houvesse uma melhor compreensão de como tais características se apresentam nos casos concretos, destacando-se o ânimo de constituir família como elemento imprescindível para a configuração da união estável, e, conseqüentemente exclusão de mero relacionamento afetivo. Teve como problema a seguinte questão norteadora: Como identificar se a relação mantida entre as partes configura união estável ou namoro qualificado, a partir da análise de pressupostos subjetivos? Nesse sentido, teve como método de abordagem, o dedutivo; como método de procedimento, o monográfico, e por fim, como método de pesquisa, a bibliográfica e jurisprudencial. Através da análise doutrinária, bem como jurisprudencial, tanto do STJ como do TJ/RS, foi possível constatar que somente através da análise profunda dos elementos será possível verificar o intuito das partes em formar uma unidade familiar, caso em que a união estável restará configurada. Ao contrário disso, ainda que presentes os demais requisitos regulamentados, sem o ânimo subjetivo de constituir família, existirá mero relacionamento afetivo, o chamado namoro qualificado.

A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO

Mateus Elegeda

André Rodrigues

O presente trabalho está inserido na linha de pesquisa Estado Constitucional e Cidadania na Sociedade Contemporânea. A delimitação do tema diz respeito à aplicação do princípio da proteção no Direito do Trabalho, visto que pairam muitas dúvidas sobre uma possível mitigação ou até mesmo afastamento do caráter protetivo característico da matéria justralhista, principalmente após a entrada em vigor da Lei nº 13.467/2017, a intitulada Reforma Trabalhista, responsável pela alteração significativa de alguns preceitos contidos na Consolidação das Leis do Trabalho. Para tanto, o presente trabalho teve como objetivo analisar os efeitos do princípio da proteção em matéria do Direito do Trabalho, esboçando-se comentários acerca do Pós-Positivismo, dos princípios gerais do Direito e das funções dos princípios; estudando, da mesma forma, a evolução do Direito do Trabalho no mundo e no Brasil, os direitos e obrigações do empregado e do empregador e os princípios do Direito do Trabalho; verificando, ao final, o princípio da proteção e seus subprincípios, a flexibilização trabalhista e a possível mitigação do princípio da proteção, bem como, a análise do princípio da proteção enquanto limite à precarização no Direito do Trabalho. Teve como problema a seguinte questão norteadora: Quais os efeitos do princípio da proteção em matéria de Direito do Trabalho? Nesse sentido, teve como método de procedimento, o monográfico; e como método de pesquisa, a pesquisa indireta (bibliográfica). Através da análise doutrinária, o presente trabalho trouxe como resultado o fato de que o princípio da proteção está enraizado na própria razão de ser do Direito do Trabalho, qual seja, a de proteger a parte hipossuficiente da relação trabalhista, o empregado; podendo o mesmo, em determinados momentos e com algumas circunstâncias, passar por certa relativização em prol da economia, desde que este movimento ocorra de forma mínima e harmônica com a garantia de proteção aos direitos dos trabalhadores.

AS DEMARCAÇÕES DE TERRAS INDÍGENAS E A QUESTÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS: AFRONTA AO DIREITO DE PROPRIEDADE OU OBSERVÂNCIA DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL?

Mateus Domingos Felippi Mendes

Thiago Luiz Rigon de Araujo

O presente trabalho tem por objetivo a análise de uma provável divergência entre as normas que abordam a questão da demarcação de terras indígenas e o princípio da propriedade privada, indagando a possibilidade de um conflito entre normas constitucionais que buscam tutelar quem tem a qualidade de ser proprietário de determinada gleba de terra. Os estudos de modo amplo analisam a função social da propriedade para entender a importância da mesma em um possível processo de desapropriação, onde ela pode justificar uma sentença que desaproprie determinada área. Em um segundo momento se fez um breve histórico sobre os direitos dos indígenas no Brasil, assimilando a importância que o legislador dava a essa parcela da população em diferentes momentos da história de nossa nação. Nesse sentido, o foco foi verificar em que ponto o legislador demonstra preocupação com os direitos dos povos nativos em especial no que diz respeito as áreas de terra destinadas a habitação e práticas da cultura e tradições dos mais diversos povos indígenas, como o que relata o artigo 231 da Constituição Federal, onde tutela o direito do indígena sobre as terras tradicionalmente ocupadas para que nelas possam exercer seus usos e costumes, com sua própria organização social, tutelando ainda que é dever da união garantir esses direitos perante o restante da sociedade. Ainda, em seu paragrafo 6º demonstra que os atos que tenham por objetivo a ocupação, o domínio e a posse das terras são nulos, portanto demonstra que as terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas é um direito consagrado a luz de nossa carta magna. Para chegar aos objetivos idealizados, utilizou-se o método dedutivo, além do método monográfico e a pesquisa indireta, nas mais diversas legislações, artigos e obras de autores renomados do Direito. Os resultados obtidos refletiram em um entendimento da mais simples compreensão sobre o assunto em questão.

RESPONSABILIDADE CIVIL DECORRENTE DO PAGAMENTO DOS ALIMENTOS GRAVÍDICOS

Milena Mezzaroba

Patricia Luzia Stieven

O principal objetivo desta monografia se deu para analisar a responsabilidade civil do pai biológico do nascituro para com o suposto pai que durante toda a gestação arcou com as despesas de necessidades básicas daquele que comprovadamente após o exame de DNA não era seu filho. A pesquisa iniciou com os vastos conceitos de família, sua evolução durante os anos e perante a sociedade, foi abordado sobre as diversas relações de parentesco e as obrigações que cada um deles possuía. Tratou-se de forma extensa sobre conceito de nascituro, o momento de início da sua personalidade civil para que assim fosse possível analisar o início de todos os seus direitos. Ao tratar de duas teorias sobre o assunto, uma defende que a personalidade jurídica se dá no momento da concepção, a então chamada teoria concepcionista e outra no momento de nascimento com vida da criança, sendo a teoria natalista. Foi abordado acerca da proteção ao nascituro e do seu direito a receber alimentos mesmo antes de seu nascimento. Quanto ao principal tema, a responsabilidade civil do pai biológico e o direito a indenização daquele que comprovadamente teve dano com o pagamento de alimentos gravídicos cujo não era responsável. A responsabilidade civil da genitora foi tratada de forma breve, para que fosse possível entender que desde que seja comprovado que a genitora agiu com dolo para causar dano ao suposto pai, lhe imputando falsa paternidade, será responsabilizada. Meros indícios de paternidade são suficientes para a fixação dos alimentos. Quanto indenização e restituição dos valores pagos ao suposto pai, existem diversas teorias, onde preveem o princípio da irrepetibilidade dos alimentos, a devolução dos alimentos pela genitora, a devolução dos valores pagos pelo verdadeiro pai e até mesmo o cabimento de dano moral

A ADOÇÃO MONOPARENTAL COMO REALIZAÇÃO DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA

Munique Evelyn Marca

Cátia Venina Sanderson da Jornada Fortes

O estudo em comento terá como objetivo analisar o instituto jurídico da adoção monoparental como realização do melhor interesse para a criança ou adotado. De início importa referir que a adoção monoparental é a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes. Ou seja, constitui família o grupo de pessoas integrado por um dos pais e pelos filhos ou demais descendentes. Indagar-se-á acerca da possibilidade de se fazer a adoção por famílias monoparentais, tendo em vista o preconceito relacionado às famílias compostas por apenas um genitor e sua prole, no entendimento do Tribunais do país. A pesquisa proporrá uma análise acerca da possibilidade de adoção por famílias monoparentais, tendo em vista que muitos dos operadores do direito, bem como o corpo social, veem a adoção como uma ligação de laços de amor e afetividade ao invés do conveniente. De início será pesquisado sobre a evolução do conceito de família em relação à ótica da Constituição Federal e o Código Civil, frente a modificação constante na sociedade brasileira, bem como a proteção constitucional às famílias monoparentais dentro do princípio da igualdade e da dignidade da pessoa humana. Em seguida será analisada as questões gerais sobre o instituto da Adoção, como é vislumbrado este instituto no ordenamento jurídico brasileiro, bem como é realizado o processo de adoção perante o ordenamento vigente. E, por fim, buscar-se-á demonstrar mediante análises de casos práticos e jurisprudenciais qual a possibilidade da adoção pela entidade familiar monoparental em alguns julgados de Tribunais brasileiros. Os resultados que se espera da pesquisa é a possibilidade dos Tribunais se adaptarem a esta nova realidade, primando sempre pelo interesse do adotado. Necessário se faz ressaltar acerca do desenvolvimento da presente pesquisa, utilizar-se-á o método de abordagem, classificado como dedutivo, o método de procedimento; o qual caracteriza-se como monográfico e, por fim, ressalta-se a utilização da técnica de pesquisa a ser utilizada, qual seja, a pesquisa indireta – bibliográfica e documental.

A presente edição foi composta pela URI, em caracteres Garamond,
e-book, formato PDF, em abril de 2019.